

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES-FICS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



GISLAINE REGINA RUFINO

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
CONSIDERANDO A COMUNICAÇÃO E CULTURA ABORDADAS NA ESCOLA
ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO-FAINA-GOIÁS-BRASIL**

Assunção –Paraguai

2019

GISLAINE REGINA RUFINO

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
CONSIDERANDO A COMUNICAÇÃO E CULTURA ABORDADAS NA ESCOLA
ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO-FAINA-GOIÁS-BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Postgrado da Facultad Interamericana de
Ciencias Sociales-FICS, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências da
Educação.**

APROVADA:

Dra.Susana M.Barbosa Galvão

Assunção –Paraguai

2019

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família pelo apoio prestado. Pelo aprendizado de humildade e tolerância com que suportaram nossa ausência. Aos meus amigos durante esta caminhada. Aos mestres que caminharam conosco sendo uma bússola a nos orientar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e os protetores de luz, pelo dom da vida, por ter me dado sabedoria e saúde para enfrentar mais este desafio e por tudo que sou e que tenho.

Agradeço meus familiares principalmente minha filha Lavínia Regina Tristão e meu amigo Dalvan Cardoso Dos Santos, que me ajudaram tanto e nunca deixaram de incentivar e apoiar. Agradeço a minha Filha, por tudo e por ser tão maravilhosa, é por ela que sou essa pessoa digna, esforçada e trabalhadora e que consegui alcançar meus objetivos, sendo um deles este trabalho. Os meus sinceros agradecimentos aos meus Tutores e professores na qual, sem eles não seriam possíveis o íntegro desenvolvimento científico deste e de minha formação. E aos que trabalharam ao meu lado nesta caminhada, apoiando e animando nos momentos que pensei não ser capaz. Serão sempre lembrados pela amizade e contribuição. E a Diretora Elisangela Rodrigues de Deus, a coordenadora Elisane Camargo Lopes, a minha amiga, professora de apoio Joinete Aparecida da Silva aos meus alunos Bruno Borges Basto e Sirlene Rodrigues dos Santos e todos da Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio-Faina-Go.

A minha orientadora Dra. Susana M. Barbosa Galvão, agradeço pela forma carinhosa e amigável de orientar. E principalmente pelo grande apoio e incentivo.

“Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos”.

(MANTOAN, 2006, p.36)

RESUMO

O presente trabalho é uma construção sobre a Educação Inclusiva, tema complexo e de muitas dimensões. O objetivo é compreender como deve ser a escola inclusiva capaz de atender a todos, independentemente das suas necessidades educacionais especiais. Trabalhar com a diversidade é essencial na busca por respeito mútuo, amenizar os preconceitos e principalmente valorizar e aceitar o outro. Buscar trabalhar com esses alunos a partir das suas habilidades e analisar as inteligências múltiplas na busca de compreender cada um. Após o embasamento teórico de como deve ser a escola inclusiva, especificamente a inclusão, por meio da pesquisa-campo e das entrevistas buscou-se uma análise da atuação dos professores e se a escola está adaptada para os alunos com necessidades especiais, ressaltando os obstáculos, os impasses encontrados e enfrentados pelos professores, e as mudanças que vem promovendo no seio da comunidade escolar. O trabalho traz um breve histórico sobre o tratamento oferecido à pessoa com deficiência no Brasil, antes e depois da Constituição Federal de 1988. Descrevendo os caminhos para o processo de Inclusão da Pessoa com Deficiência no ensino ofertado na Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio, Faina-GO, buscando compreender melhor os desafios e as superações do público em questão, no ambiente de trabalho e local de estudo. Destacando a importância dos envolvidos no processo junto às pessoas com deficiência. Tendo como premissa a defesa a igualdade.

Palavras – Chave: Educação Inclusiva, Necessidades Especiais, Diversidade.

ABSTRACT

The present work is a construction on Inclusive Education, a complex theme and of many dimensions. The goal is to understand how inclusive schooling can be for everyone, regardless of their special educational needs. Working with diversity is essential in the search for mutual respect, mitigating prejudice and especially valuing and accepting the other. Seek to work with these students from their abilities and analyze the multiple intelligences in the quest to understand each one. After the theoretical basis of what the inclusive school should be, specifically the inclusion, through field research and interviews, an analysis was sought of the performance of the teachers and if the school is adapted for the students with special needs, highlighting the obstacles, the impasses found and faced by teachers, and the changes that have been promoted within the school community. Describing the paths to the process of Inclusion of Persons with Disabilities in the teaching offered at the State School Dário de Paiva Sampaio, Faina -GO, seeking to better understand the challenges and overcomes of the public in question, in the work environment and place of study. Emphasizing the importance of those involved in the process with people with disabilities. Based on the premise of equality defense.

Key Words: Inclusive Education, Special Needs, Diversity.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 OBJETIVOS:	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4METODOLOGIA:.....	12
1.4.1. Tipo de Pesquisa: abordagem e método da pesquisa com as seguintes características:.....	13
1.4.2. Dimensões, variáveis e indicadores	14
1.4.3. Técnicas e instrumentos de coleta de informação.....	14
1.4.3.1 Entrevista.....	15
1.4.3.2 Observação e material de consulta	15
1.4.4. Participantes da pesquisa.....	16
1.4.5. Apresentação dos dados	17
1.5 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO.....	17
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MAIS QUE UMA NECESSIDADE, UM DIREITO.....	19
2.1NECESSIDADES ESPECIAIS E HABILIDADES	19
2.2. O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	27
2.3. DISCUTINDO SOBRE O PROCESSO INCLUSIVO NA ESCOLA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A DIVERSIDADE HUMANA	32
CAPÍTULO III- EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PARA QUEM?	37
3.1.EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUEM PRECISA SER INCLUÍDO?.....	37
3.2.EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS.....	41
3.3. ANALISANDO ALEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	45

CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO-FAINA- GO.....	48
4.1. O PROCESSO DA INCLUSÃO NA ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO-FAINA- GO.....	49
4.2. COMO AVALIAR EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	54
CAPÍTULO V-RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
BIBLIOGRAFIA	73
ANEXOS.....	77

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a Educação Inclusiva na sociedade brasileira, levando em conta o atual modelo e exigências culturais expressos pela sociedade contemporânea. A presença de desigualdades socioeconômicas e de relações sociais discriminatórias e excludentes são realidades que motivam a produção deste texto.

A inclusão é um tema frequente e essencial nas discussões da atualidade, conforme Bastos (2008, p. 150) “e a educação é o campo mais fértil para esse assunto, por ser a escola um dos primeiros grupos sociais dos quais se deve fazer parte. É principalmente na escola que as diferenças se destacam, talvez por ser ainda um ambiente que não valoriza a diversidade e que ainda não sabe trabalhar com as diferenças.” A partir desta concepção, tanto a escola quanto a sociedade precisam se reajustar no desígnio de se tornar apta especialmente para a diversidade.

É isso que precisamos aprender com urgência: conviver com as diferenças. Esse desafio não é nada fácil, pois tudo que é diferente, a princípio, desestrutura, nos faz repensar nossas convicções e paradigmas. O ser humano, em geral, resiste às mudanças, mas quanto mais refletirmos e discutimos, mais conhecimentos adquirirmos e nos desenvolvemos. A escola inclusiva respeita todas as diferenças e valorizam todos os indivíduos, garantindo o cumprimento dos direitos e o exercício da cidadania na construção de uma sociedade para todos. (Bastos, 2008, p. 150)

Entretanto, não só a escola deve ter esse compromisso, mas também os professores. Segundo Andrade (2008, p. 200) “cabe aos profissionais da educação estudar, pesquisar, discutir e viabilizar o processo inclusivo nas escolas, levando em consideração a diversidade brasileira.” O educador e os demais profissionais devem ter a iniciativa de promover discussões sobre a inclusão e solicitar orientações e trocas de experiências com outros profissionais. Ao dialogar sobre as experiências vividas e debates, é possível analisar como trabalha a teoria na prática, tendo a possibilidade de reestruturar o procedimento inclusivo.

Nesta perspectiva, a escolha deste tema Educação Inclusiva, é uma tarefa de grande responsabilidade, despertando o interesse de mostrar as conquistas e os caminhos percorridos historicamente pelos portadores de deficiência. Além de descrever cada uma, mencionar os principais documentos legais que asseguram os seus direitos; mostrar a importância do educador, da escola, e da família no processo de inclusão tanto na escola quanto na sociedade.

Assim com o objetivo de analisar a educação inclusiva brasileira nossa pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresentaremos sobre as deficiências e habilidades destacando o que é educação inclusiva levando em consideração a diversidade brasileira, no segundo capítulo definir quem precisa ser incluído, mencionando sobre as inteligências múltiplas e a análise da Legislação Brasileira

sobre Educação Especial, e no terceiro capítulo apresentaremos sobre o processo da inclusão na escola campo e como avaliar em uma perspectiva inclusiva.

Pretendemos, nesta pesquisa, analisar o processo de implantação da educação inclusiva na Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio, que fica localizada na cidade de Faina - Goiás, buscando ver suas conquistas e as dificuldades encontradas. E através desta pesquisa que vai possibilitar a compreensão da Educação Inclusiva na sua amplitude de propósitos e sua inserção no contexto do sistema educacional brasileiro.

Além da pesquisa realizada na Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio, localizada na cidade de Faina - Goiás. E leitura das teorias vigentes sobre o tema, trará uma análise *in lócus*, entrevistas dos sujeitos da comunidade escolar: professores, coordenação, direção, pais de alunos especiais, bem como os alunos da escola, buscando ver como eles veem a implantação da educação inclusiva. Ressaltando que é uma pesquisa qualitativa. Neste sentido, conforme Mazzillo (2008, p. 26) “Na certeza de que a pesquisa empírica de cunho qualitativo é um instrumento valioso para esta revisão, de uma Educação Inclusiva, valorizando a diversidade das manifestações humanas”.

A fim de atender aos objetivos propostos, o trabalho é dividido em capítulos. O primeiro capítulo aborda brevemente e de forma introdutória uma revisão reflexiva sobre o processo de Educação Inclusiva na sociedade brasileira, onde são destacadas as questões que nos apresentam a Educação Inclusiva como um direito constituído por pessoas portadoras de NEE(Necessidades Educacionais Especiais), no segundo capítulo trata de apresentar o público ao qual a Educação Inclusiva deve ser ofertada,ou seja, para quem e como deve se dar esse processo. Também serão abordadas as Múltiplas Inteligências e o impacto causado pela abordagem das mesmas no processo inclusivo e finalmente no terceiro capítulo veremos como é conduzido o processo de Educação Inclusiva na Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio na cidade de Faina-Goiás-Brasil e por fim no quarto capítulo apresentaremos os resultados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como já está previsto na LDB 9394/96, com respaldo na Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é dever do Estado, da família e da sociedade e deve estra alicerçada em três pilares que formam o seguinte tripé onde a educação deve promover o desenvolvimento pleno, a conquista da autonomia e o preparo para o mercado de trabalho.

Diante do exposto, torna-se necessário que os acadêmicos das áreas dePedagogia, Psicologia e demais licenciaturas, principalmente as ligadas à docência e demais funcionáriosligados a educação de alunos portadores de necessidades especiais, recebam em

sua formação esse preparo para poderem ajudar os demais envolvidos a desenvolverem e ofertarem um ensino de qualidade para os mesmos.

Diante disso cabe suscitar os seguintes questionamentos: A Educação Inclusiva está sendo ofertada nestes mesmos modelos alunos das escolas brasileiras? A sociedade incentiva a promoção dessa educação? O Estado oferece subsídios para que esta proposta se efetive de fato?

1.2 OBJETIVOS:

Esta pesquisa tem como objetivo levar ao conhecimento, todos os processos, culturais, sociais ocorridos desde o século XX e os dias de hoje em prol de uma educação inclusiva. No primeiro momento trará sobre as pessoas com necessidades especiais, dando ênfase as suas capacidades e dificuldades. Em seguida sobre a educação inclusiva e como deve ser esse processo, destacando quais são os apoios e recursos que complementam e desenvolve uma educação voltada para as pessoas com necessidades especiais, exclusivamente viabilizar sobre a importância de todos envolvidos nesse processo de inclusão. No terceiro momento explicaremos sobre o processo inclusivo, mas levando em consideração a diversidade humana, um dos princípios cruciais no âmbito escolar, sendo a chave para o desenvolvimento social e cultural o quarto momento apresentaremos os resultados.

1.2.1 Objetivo geral

Implantar o Projeto de Educação Inclusiva na Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio, Faina-Goiás de modo a facilitar o trabalho com a diversidade, considerando a cultura e o modelo de educação empregados até então.

1.2.2 Objetivos específicos

- Listar os elementos necessários para uma escola inclusiva capaz de atender a todos, independentemente das suas necessidades educacionais especiais, sua cultura e sociedade na qual estão inseridos;
- Desenvolver ações que permitam a inclusão entre profissionais e estudantes;
- Analisar as inteligências múltiplas no atual contexto social na busca de compreender cada um;
- Criar um projeto adaptado ao contexto, social, econômico da comunidade escolar da Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio-Faina-GO.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a intenção de encontrar contribuições da Sociologia, Psicologia, Psicopedagogia e Pedagogia, realizamos um levantamento bibliográfico inicial sobre: A Educação Inclusiva a partir só século XX, seu amparo legal e os principais documentos que asseguram a oferta de ensino os alunos de educação especial e o ambiente escolar, a inclusão, o papel do professor da sala de recursos, o professor da sala regular e o trabalho do Psicopedagogo na escola.

Neste trabalho buscamos caracterizar e apresentar o aluno da Educação especial como aquele que apresenta necessidades próprias, diferentes do demais alunos com todas suas peculiaridades e potencialidades, quer sejam no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes e ainda os recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas que são utilizados na aprendizagem desses alunos.

Lembrando que as deficiências ou necessidades especiais classificam-se em deficiência física, deficiência sensorial e deficiência mental. Há, ainda, a classificação segundo a orientação da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), a saber: deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental e deficiências múltiplas.

Dentre todos os autores citados no decorrer do trabalho, dentre eles Mantoan, Bastos, Alves, Gardner, Blanco, Mazzillo e tantos outros, não podemos deixar de destacar Diva Albuquerque Maciel e Silviane Barbato, organizadoras do manual intitulado: Desenvolvimento Humano Educação e Inclusão Escolar, publicado e disponibilizado pela Editora Universidade de Brasília em 2015.

1.4 METODOLOGIA:

Para desenvolver a pesquisa em questão, pós fazer uma breve apresentação sobre o tema “Desenvolvimento Humano, Sociedade Educação e Inclusão”, com os termos devidamente assinados por diretora, pais e responsáveis, partiremos para uma pesquisa in lócus, onde analisamos documentos, fichas individuais, anamnese, relatos de professores, entrevistas e relatórios construídos juntos às pessoas envolvidas, diante dos resultados começamos a nossa

sistematização do material em forma de produção textual para melhor entendimento da proposta a ser realizada na Escola Estadual Dário da Paiva Sampaio, Faina-GO.

1.4.1. Tipo de Pesquisa: abordagem e método da pesquisa com as seguintes características:

- Natureza: Aplicada
- Abordagem do Problema : Qualitativa
- Objetivo: Descritiva ou Explicativa

Diante de um público altamente marcado por suas necessidades especiais, nasce a preocupação em saber como conseguiremos dados que explicitem melhor essas necessidades, para só assim sermos capazes de elaborarmos metodologias que atendam de fato essa clientela.

Gil (2002) define pesquisa científica como um procedimento para proporcionar respostas aos problemas que são levantados, mediante métodos e técnicas científicas disponíveis ao processo de inúmeras fases, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados.

Nesse contexto, proposta desse trabalho foi além de uma pesquisa de cunho bibliográfico, foi realizada ainda uma pesquisa de campo e estudo de caso, onde foram feitas várias entrevistas com pessoas envolvidas no processo: pais, alunos, professores, diretores, coordenadores e até mesmo pessoas da comunidade visando a coleta de dados que posteriormente foram usados para validar a proposta apresentada neste trabalho.

1.4.1.1. Organização do Trabalho

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo, além de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica baseou-se em publicações científicas da área de inclusão na sociedade contemporânea. O estudo de caso trata-se de um fenômeno (PATTON, 2002). É um procedimento metodológico que enfatiza entendimentos contextuais, sem esquecer-se da representatividade (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007), centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real (EISENHARDT, 1989) e envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2007). Em nossa produção foi desenvolvido, em sua totalidade, através de pesquisa de campo, envolvendo o perfil dos envolvidos, sua visão em relação à problemática, suas contribuições, opiniões e suas aspirações

a respeito da Educação Inclusiva ofertada na escola campo, ou seja, Estadual Dário de Paiva Sampaio-Faina-Go.

1.4.2. Dimensões, variáveis e indicadores

É nossa intenção demonstrar que os diferentes exemplos abaixo determinam definições operacionais que implicam em diferentes métodos de coleta de dados e em diferentes níveis de qualidade dos instrumentos de medida.

1. Podemos definir operacionalmente a educação inclusiva como sendo o processo social pelo qual as pessoas portadoras de necessidades especiais precisam passar. Neste caso, só nos foi possível medir esta variável perguntando aos envolvidos e responsáveis por esse processo preenchendo um questionário com as respostas obtidas nas entrevistas sobre o assunto.

2. Outra definição operacional da nossa variável independente poderia ser a capacidade do sujeito portador de necessidades especiais em se adaptar à proposta em questão. Neste caso, utilizaríamos a observação e submeteríamos os sujeitos a este tipo de tarefa, tendo assim uma medida do seu comportamento.

3. Finalmente, poderíamos definir operacionalmente nossa variável independente pelo nível de envolvimento com os métodos oferecidos e coletados na entrevista. Teríamos assim uma medida de satisfação.

Sabendo que nos estudos que envolvem dados estatísticos, as variáveis são fatores determinantes em uma pesquisa, sendo ela qualitativa ou quantitativa, no caso de nosso trabalho optou-se por uma abordagem de variável qualitativa.

1.4.3. Técnicas e instrumentos de coleta de informação

Merriam, (1998), observa que “qualquer problema de pesquisa pode ser aproximado de mais de uma perspectiva teórica... A escolha de uma concepção teórica... guiará o processo de pesquisa”. Diante desta informação, acrescentamos que neste projeto de pesquisa, foi adotado basicamente, o método de coleta de dados bibliográficos, estudo de campo, pesquisas, a utilização de documentos, a observação de comportamentos ou a informação dada pelos

próprios sujeitos entrevistados, seja oralmente (entrevistas) ou de forma escrita (questionários auto administrados). Abaixo discutiremos estes métodos de coleta de dados.

1.4.3.1 Entrevista

Ao optarmos por fazermos a coleta dos dados por meios de entrevistas com os envolvidos destacamos que à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações sociais, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998,p. 170).

Diante do exposto foram realizados os seguintes procedimentos:

- Trabalho de campo (visitas as casas)
- Entrevista por escrito (coleta de dados), professores, diretor, coordenador, alunos e demais envolvidos no processo de inclusão na escola.
- Questionários auto administrados (aplicado a mim mesma como professora de apoio a inclusão.

Acreditamos que ao optarmos pela realização de entrevistas diretas com os envolvidos, estaríamos mais próximos de coletarmos dados mais reais e significativos para a concretização desta proposta de trabalho.

1.4.3.2 Observação e material de consulta

SANTOS (2010) em seu artigo A Entrevista Como Uma Técnica de Coleta de Dados afirma que:

(...)A mesma requer preparação e cuidados excepcionais, tais como: pesquisa das obras de diversos autores relacionadas ao tema em estudo, planejamento do questionário a ser aplicado, escolha e análise do público alvo e treinamento do entrevistador. Os questionários utilizados nas entrevistas traduzem o objetivo da pesquisa em questões específicas.

Para construção de um bom questionário é necessário o conhecimento de técnicas bem como a experiência do pesquisador (GIL, 1999). Entrevistas realizadas inadequadamente podem-se provocar constrangimento do entrevistado, respostas induzidas e dados errôneos, que

comprometem o resultado da pesquisa. Uma entrevista bem conduzida deve proporcionar ao entrevistado: bem-estar e segurança.

Diante das afirmações citadas, após a observação dos dados coletados, fizemos as seguintes ponderações, considerações e contextualizamos as respostas obtidas nas entrevistas.

1.4.4. Participantes da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida com pessoas envolvidas diretamente no ensino aprendizagem dos alunos da escola em questão, situada na Região Centro Oeste, no Estado de Goiás em um pequeno município denominado Faina-Go, onde a economia está basicamente ligada a atividades rurais e serviços públicos ligados ao Estado e Município.

*Professores de apoio e AEE:

1-Apoio: Gislaine Regina Rufino-Trabalha diretamente na sala de aula acompanhando os alunos portadores de NEE, onde juntamente com os professores regentes, busca auxiliar os alunos e adaptar o conteúdo abordado, em um contexto que respeite a capacidade e potencialidade dos alunos.

2- AEE: J. A.S-Trabalha com os alunos na sala de recursos com metodologias diferenciadas das aplicadas em sala de aula, no intuito de promover atividades diferenciadas das empregadas em sala de modo a complementar e enriquecer a aprendizagem desses alunos. O atendimento é individual.

*Diretor e coordenador.

1-Diretora: E. R.D-Desenvolve um trabalho de incentivo e adaptações na escola para que a Educação Inclusiva se efetive na escola, viabilizando meios para estes fins.

2-Coordenadora: E.V.M-Participa do planejamento, direcionado a adaptação do currículo, de modo a promover a elaboração de atividades pertinentes ao nível de abstração dos alunos com NEE.

*Pais e alunos.

1-Pais: Os pais foram entrevistados para que se pudesse obter o máximo de informações sobre os filhos atendidos na escola. Dados estes que foram usados na elaboração da proposta de ensino ofertados a seus filhos pela escola e nas salas de aula e AEE.

2-Os alunos foram entrevistados para que pudesse se conhecer as reais necessidades de cada um, para só assim elaboramos uma proposta de ensino que realmente atendesse as suas dificuldades e potencialidades, respeitando a individualidade de cada um com equidade.

*Comunidade Escolar.

1-Foram entrevistadas outras pessoas que trabalham e participam do cotidiano na escola, com a intenção de coletar dados sobre eles e o que os mesmos sabiam e podiam ajudar para efetivação do processo de inclusão na escola.

1.4.5. Apresentação dos dados

A apresentação dos dados coletados foi feita anexando as entrevistas a esta proposta de trabalho, após análise, comparação e contextualização das respostas obtidas.

Por meio dos dados coletados, pôde ser feita uma comparação entre as respostas que vão servir de base para uma análise qualitativa das entrevistas, das observações, das questões abertas em questionários, etc.

Esta análise buscou compreender o significado dos dados coletados e também teve o objetivo de facilitar o entendimento dos conteúdos através de uma classificação apresentada de forma sistematizada, que foi dividida em categorias ou pela contagem de palavras e termos contidos nas respostas.

1.5 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Como os objetivos propostos por este projeto de pesquisa visam analisar como é o processo de inclusão social do portador de necessidades especiais, faz-se necessário a obtenção de uma amostragem clara e objetiva de como tais pessoas se portaram durante esta etapa tão importante em suas vidas, a adaptação. Para tanto, pesquisamos como foi tal processo para colaboradores de uma instituição de ensino fundamental, Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio, localizada na cidade de Faina - Goiás. Os questionários foram aplicados para professores, gestores, pais, alunos e comunidade escolar ligados aos portadores de necessidades especiais e pesquisa aberta para portadores necessidades especiais.

Diante da análise feita, concluo que todas os aspectos aqui abordados têm relevância dentro do tema Inclusão escolar.

Alguns aspectos deixaram de ser discutidos, assim como palestras, seminários e cursos de capacitação e publicações para o esclarecimento correto do assunto, principalmente aos professores, peças essenciais no processo de ensino-aprendizagem, que lidam diretamente com o público da inclusão, ou seja, os portadores de NEE (Necessidades Educacionais Especializadas) ressaltando ainda que embora o tema inclusão seja amplamente discutido no meio acadêmico, político e social, nota-se a falta de informação e a distorção quanto ao verdadeiro significado deste processo, sua real implantação, bem como do próprio termo "deficiente".

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MAIS QUE UMA NECESSIDADE, UM DIREITO.

2.1 NECESSIDADES ESPECIAIS E HABILIDADES

A busca da compreensão do homem no meio no qual está inserido, tem suas complexidades e limites, segundo Andrade (2008, p. 12) “o homem passa a ser entendida em sua complexidade biológica, psicológica, espiritual e social, visão esta que repercute na compreensão da pessoa com necessidades especiais, cujas limitações mentais, sensoriais ou/ e físicas não implicam sua aniquilação como ser humano. ”

Ao refletirmos poderá perceber que esta visão foi aos poucos estudada e estabelecida. Além disso, a autora alude que com a mudança conceptual, essas pessoas passaram a serem vistas como integrantes de uma sociedade, capaz de agir e interagir com os demais membros, de desenvolver sua criatividade, de sensibilizarem-se diante dos fatos, de executar diversas tarefas, de terem direitos aos benefícios da ciência, da tecnologia e do acesso ao trabalho, cultura e esporte. E a sociedade deveria ser mais aberta e aceitar o outro com suas distinções e características, pois cada um tem sua essência e lembrando que é um ser único.

No decorrer do século 20, entrou em evidência a abordagem social, que entende a possibilidade da diversidade, defendendo o direito de ser diferente ou singular. Baseado nessa concepção surge princípios, que regem mundialmente o encaminhamento educacional dado por direito, aos cidadãos com necessidades especiais de atendimento. (Bastos, 2008, p. 428).

Portanto, se queremos uma sociedade inclusiva, que entenda as diversidades, precisamos conhecer uma das categorias do que chamamos deficiências e habilidades, ou seja, conhecer as pessoas com necessidades especiais e suas plenas qualidades e complicações. E conhecer também os caminhos de lutas e conquistas dessas pessoas, e a partir da primeira escola especial que vai desencadear passagens cruciais e significantes em prol da educação especial.

Como a primeira escola especial para educação de portadores de deficiência visual surgiu em 1784 em Paris, na França. Fundada por Valentin Hely, o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, ensinava os deficientes visuais através do alfabeto comum, porém, em alto-relevo no decorrer dos anos, houve a difusão dessas ideias, o que gerou a criação de várias escolas comprometidas com a educação especial na Europa e nas Américas. No Brasil, a primeira iniciativa neste sentido foi no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, criado no Rio de Janeiro por Dom Pedro II, em 1854, baseado nas experiências obtidas por José Álvares de Azevedo, cego brasileiro que havia estudado num instituto francês.

Com o passar do tempo, várias mudanças vêm ocorrendo no ensino destinado aos deficientes, contando com a contribuição da sociedade e dos profissionais, capacitados para enfrentar esse desafio, integrar ou reabilitar a pessoa, deixando-a apta para a vida social. (SANTOS, 2008, p. 143)

Além da primeira escola especial aconteceram vários eventos em busca de uma sociedade melhor. Para a inclusão acontecer devemos conscientizar sobre o verdadeiro valor de incluir. Viabilizar a integração como um mecanismo essencial no âmbito educacional, é através dela que possibilita os alunos ter um desenvolvimento melhor e superar os obstáculos existentes. De acordo com Santos (2008, p.145) “este é o objetivo da inclusão, acabar com as separações trazendo o aluno especial para se integrar com os alunos de uma escola regular, a fim de prepará-las melhor para poder conquistar um futuro digno”.

Mas pensar na sua integração como um todo, não somente no campo educacional. Tornando-os como sujeitos iguais nas diferenças, ou seja, criando meios para que as necessidades especiais possam ser suprimidas, tenho então chance igual na avaliação e desempenho. Conforme Mikkelsen *apud* Rodrigues (2006, p. 56) “é preciso ensinar o deficiente a conviver com sua deficiência. Ensiná-lo a levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existente na sociedade em que vive”.

A integração deve começar num ambiente familiar juntamente com a escola, principalmente aos indivíduos com necessidades especiais, sendo mediadoras para a socialização destes educandos, promovendo assim o desenvolvimento íntegro de suas potencialidades e relações. Para que haja neste processo uma individualização dentro deste ensino, é preciso que se atendam as condições e necessidades específicas existentes entre os alunos, de modo a respeitar seus direitos e suas peculiaridades; oferecendo condições reais de agir e interagir coletivamente. Portanto, o modelo da inclusão possibilita os profissionais a desenvolver um olhar para cada aluno, concedendo direitos iguais a todos. Segundo Steinbeck e Steinbeck (1999):

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores iguais e direito iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. (Stainback e Stainback, 1999, p. 29)

No conjunto das necessidades Especiais podem ser destacadas: 1) Deficiência visual; 2) Deficiência Física; 3) Deficiência Mental e 4) Hiperatividade. É de suma importância fazer uma abordagem clara e direta explicitando cada uma dessas deficiências, sabe-se que existem outras

além dessas. No entanto apresentaremos as mais comuns no setor escolar. Deficiência visual segundo Oliveira (2008): a Deficiência Visual (DV): abrange dois tipos de educandos:

Portadores de cegueira- redução da acuidade visual central, desde cegueira total até acuidade visual menor que 20/400P, ou seja, 0,05 ou redução do campo visual ao limite inferior a 10% (em um ou em ambos os olhos); Portadores de visão subnormal ou reduzida- acuidade visual central maior que 20/400P até 20/70P, ou seja, 0,3. Muitas vezes, a identificação precoce da visão subnormal é tardia, o que dificulta o atendimento educacional adequado à criança. A detecção de uma deficiência visual precisa ser confirmada por exames oftalmológicos, realizados em hospitais, clínicas ou setores especializados. (Oliveira, 2008, p. 45)

É importante se informar e saber mais sobre a deficiência visual, por ser tão comum e ao mesmo tempo preocupante. Para Bastos (2008):

Além da cegueira e da visão subnormal ainda são alvo de nossas preocupações as patologias visuais como a miopia, a hipermetropia, o estrabismo e outros que apesar de não se constituírem em deficiências visuais são patologias que devem ser percebidas, identificadas e acompanhadas ainda na infância, pois podem causar grandes transtornos, inclusive dificuldades de aprendizagem. As patologias oculares, quando progressivas, podem tornar-se causa de deficiências visuais, portanto merecem atenção. (Bastos, 2008, p. 452)

A autora supracitada, alude que as pessoas com deficiência visual são repletas de possibilidades, plenamente capazes, enfim, são seres humanos com grande potencial, articuladores de sua existência, ativos e transformadores de suas realidades. Os deficientes visuais necessitam de apoio, de recursos e materiais específicos, como por exemplo: Braille, o soroban entre outros. Podendo variar de acordo com o tipo de deficiência.

Além do apoio e dos recursos, tendo também o atendimento específico conforme Bastos (2008):

Há, ainda, o atendimento especializado a ser ofertado nos centros de Atendimento Especializados ao deficiente Visual, que tem por finalidade atender pessoas portadoras de deficiência visual, cegueira e baixa visão. O atendimento deverá ser ofertado em caráter individual ou em pequenos grupos com patologias afins, em horário contrário ao ensino regular, um a dois dias semanais. O aluno matriculado deverá apresentar exame oftalmológico, laudo diagnóstico e avaliação educacional que confirma necessidade de atendimento. (Bastos, 2008, p. 453)

O atendimento especializado é eficaz, por ser um apoio para as pessoas com necessidades especiais. Não havendo limites e nem segregações. De acordo com a autora (2008) não há limite de idade. O objetivo primordial é permitir acesso e permanência dos portadores de deficiências visuais no sistema de ensino, que será garantido por meio da instrumentalização

metodológica e acompanhamento educacional específico, além de promover prevenção, identificação, avaliação e encaminhamento na área médica.

Existem diversas maneiras de se relacionar com o deficiente visual, como por exemplo: oferecer ajudas, orientar nos determinados lugares, guiá-lo e principalmente não o excluir. Além disso, existem muitos outros cuidados que devemos ter com os deficientes visuais. Segundo Bastos (2008, p. 14) “é preciso entender que cegueira não é o fim do mundo, não há palavras tabus”. A sensibilidade e a solidariedade são práticas indispensáveis na educação inclusiva. Deficiência física, de acordo com Andrade (2008):

Deficiência Física: não deve ser confundida, associando-a com a deficiência mental. O deficiente físico precisa de ambientes livres de barreiras físicas (falta de rampas ou elevadores) no seu acesso escolar, já que possui alterações nos membros do corpo, o que dificulta a locomoção. Seus materiais de trabalho devem ser resistentes (para que não cause frustrações ao se quebrarem facilmente), laváveis, de tamanho e peso adequados à força muscular. (Andrade, 2008, p.177)

Segundo o documento do MEC sobre a deficiência física, ela se constitui por:

Uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, coordenação motora e geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou má formação congênita ou adquirida. (Brasil, 1995, p.17)

Além da definição é necessário mencionar sobre as causas mais frequentes. Pois muitas pessoas têm dificuldades de diagnosticar de maneira correta e por desconhecimento estima a criança com PC (Paralisia Cerebral) seja também deficiente mental. Buscar por meio de pesquisas o conhecimento das causas e os possíveis tratamentos. Para não confundir e saber distinguir uma da outra.

Paralisia cerebral causada por prematuridade, abnóxia perinatal, desnutrição materna, rubéola, toxoplasmose, trauma de parto e subnutrição. Má formação congênita por exposição à radiação, o uso de drogas, remédios sem orientação médica e causas desconhecidas entre outras. Pode-se afirmar que a paralisia cerebral é uma das mais frequentes causas da deficiência física e que dependendo da abrangência e da área do cérebro atingida pode causar também deficiência mental e/ou sensorial associada à deficiência física. Muitas vezes, por desconhecimento, julga-se que a criança portadora de paralisia cerebral seja também deficiente mental, visto que não consegue expressar-se calmamente e apresenta características físicas como cambaleiar ao andar, dificuldade de falar, baba excessiva pela falta dos tônus musculares na região da face, o que comumente é tido, por leigos como característicos de deficiência mental. (Bastos, 2008, p.46).

Ao educador cabe compreender e estimular todas as crianças PC (paralisia Cerebral) ou não, dando-lhes a possibilidade de realizar atividades motoras, cognitivas e sensoriais amplas de forma a contribuir para o seu desenvolvimento pleno. Segundo Brasil (2004, p. 20) “E fazer com ela e não fazer para ela”.

A deficiência auditiva conforme abrande (2008, p.177) “Deficiência Auditiva: perda parcial ou total da audição, podendo ser minimizada com uso de aparelhos”. Necessita de tradutor da linguagem de sinais ou de leitura labial. É importante falar de frente para esses alunos, articulando bem os fonemas. Além dessa aceção, é necessário aludir sobre a educação dos surdos, ou seja, a língua de sinais. De acordo com Ribeiro e Santo (2008):

Portanto para o aluno surdo, a Língua de Sinais é de extrema importância em seu desenvolvimento educacional, pois é a única forma de compreender e aprender o mundo em que este inserido de maneira prazerosa e significativa; será através do bilinguismo que os surdos poderão desenvolver seu pensamento imagético com maior significação em sua aprendizagem. A educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, segundo o Decreto 5.626/2005 que garante o acesso educação por meio da Língua de Sinais e o ensino da Língua Portuguesa escrita há como segunda língua.(Ribeiro e Santo, 2008, p. 208)

A partir disso, no âmbito escolar, a escola deverá estar ciente da importância da Língua de Sinais, mas não se esquecendo da Língua Portuguesa. Neste sentido, segundo Andrade (2008, p. 178) “cabe à escola assumir a difícil função de dar condições a criança com deficiência auditiva de aprender a Língua Brasileira de Sinais e dela se utilizarem para aprender a Língua Portuguesa. Esta incumbência na escola torna a formação do professor cada vez mais abrangente e as exigências profissionais mais amplas, deve receber e atender a todos, independentemente de suas particularidades”.

São de suma importância a língua de sinais e a propostabilíngue, pois através delas que proporcionará um desenvolvimento educacional, e aceitar a deficiência e as novas condições de aprendizado é um dos primeiros passos para enfrentar os possíveis obstáculos. Segundo Bastos (2008, p.450) “A proposta bilíngue objetiva, em sua essência, dar a oportunidade e o direito do sujeito surdo expressar-se em duas línguas igualmente importantes e igualmente aceita, podendo escolher aquela que mais se adequar a cada situação”.

Há diversas formas de estar proporcionando apoios e suportes para os deficientes auditivos, mas também é necessário transformar o meio no qual está inserido, de acordo com seus limites e necessidades, um dos espaços primordiais que exige mudanças e predisposição é o ambiente escolar. E na busca de conhecer a deficiência auditiva, as causas, tratamentos e principalmente refletir como trabalhar nas escolas com esse tipo de deficiência, deve-se mudar as atitudes, proporcionar circunstâncias de atuar, interagir e progredir de forma recíproca e similar, e mostrar que o professor, a escola e a família são importantes nesse processo de ensino-aprendizagem.

Ressaltando a surdez consiste na perda total ou parcial da capacidade de percepção normal dos sons. No entanto, há graus de intensidade de surdez de acordo com os diferentes

graus de perda auditiva; surdez leve, moderada, severa e profunda. As pessoas com essa deficiência precisam ser aceitas, assim como suas possibilidades de aprendizado. Aceitar a língua de sinais é aceitar a sua condição como cidadão plenamente íntegro. E que precisam também do atendimento específico. Por ser um dos apoios primordiais.

A Deficiência Mental segundo Andrade (2008):

Deficiência Mental: não deve ser confundida com doença mental (esquizofrenia, paranoia). Caracteriza-se pelo atraso do desenvolvimento global. Pode ser estimulada ou treinada, de acordo com o nível: leve, moderado ou severo. Quanto antes começar, melhor seu desenvolvimento escolar. Por isso a importância do trabalho de estimulação precoce. As causas das deficiências mentais podem ser pré-natais (rubéola, toxoplasmose, anomalias cromossômicas, incompatibilidade sanguínea, uso de drogas), Peri natais (falta de oxigênio no cérebro, traumatismos, prematuridade) ou pós-natais (meningites, encefalites, acidentes). Algumas crianças só são diagnosticadas tardiamente, quando já estão na escola, pois apresentam bom desempenho social, possibilidades de leitura e escuta e acabam participando do mercado de trabalho. Outras apresentam atraso na linguagem e no desenvolvimento psicomotor. A escola deve ter o cuidado de não confundir o retardo mental com nível econômico baixo, o que não permite que a criança acompanhe as exigências de um universo cultural. (Andrade, 2008, p. 179)

De acordo com o documento do MEC sobre a Política Nacional de Educação Especial de 1994, a deficiência mental é o:

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (Brasil, 1994. p. 15)

Portanto, explicitar sobre a definição da deficiência é sucinto, mas também é importante mostrar como são os atendimentos e adaptações que tendo como garantia o desenvolvimento mútuo de acordo com a necessidade de cada um. Segundo Bastos (2008):

Portanto, as pessoas que se enquadram nessa situação precisam de atendimentos especializados e adaptações curriculares que eles garantam a possibilidade de desenvolvimento pleno, priorizando conteúdos que lhes sejam úteis e necessários para a interação social e atendimento às suas necessidades básicas. Ao trabalhar com crianças, jovens, adultos ou idosos, que dentre suas diferenças, apresentam deficiência mental, recomendam-se:

- Identificar possibilidades, talentos, áreas que possam desencadear aprendizagem;
- Evitar superproteção, organizando situações que os estimulem a vencer desafios.
- Excluir atitudes comparativas e trabalhar para a apropriação de conhecimento e valores.
- Ter atitudes claras, transparentes, cumprindo e fazendo cumprir o combinado e respeito às diferenças de cada um entre outras. (Bastos, 2008, p. 467)

É muito importante para os educadores e educandos estar sempre buscando novos conhecimentos e especializações, para saber lidar com as pessoas com necessidades especiais,

que não é fácil incluir, pois eles necessitam de cuidados específicos, de uma atenção maior para que eles possam agir de maneira natural tendo o direito de socializar e participar de forma mais espontânea e assim desenvolver suas aptidões, enriquecer o convívio social, econômico e cultural. Sabe-se que existem vários tipos de deficiência, cada uma com seus graus de consequências, dificuldades e necessidades.

Vale ressaltar sobre as Deficiências Múltiplas conforme Andrade (2008, p.179) “É a associação de mais de uma das deficiências já citadas. Ela pode acontecer de diferentes maneiras. O trabalho pode ser realizado com esse grupo é mais complexo, visto que não é a mesma coisa que lidar com apenas uma das deficiências”. Uma das deficiências mais complexas sabe-se que as pessoas com essa deficiência possuem mais de uma, devemos estar cientes que não é igual às outras pessoas que possui só um tipo de deficiência.

Em alguns casos pode diagnosticar no mesmo indivíduo duas ou mais deficiências. Com comprometimentos que causam atrasos no desenvolvimento, na aprendizagem e na capacidade administrativa. Isso gera necessidades educativas especiais de desenvolvimento de habilidades básicas de autonomia, social e de comunicação. (Oliveira, 2008, p. 50)

Além disso, é extraordinário conhecer sobre as deficiências múltiplas, pois ao trabalhar com os portadores, é necessário usar vários meios de estímulos, de comunicar, de experimentar, compreender e aproveitando as suas habilidades e adaptá-los de forma que participam e que tenham um desempenho escolar melhor. Além disso, é necessário aludir sobre a hiperatividade. De acordo com Oliveira (2008):

As principais características da hiperatividade, que crianças parecem sempre está em movimentos, não conseguem ficar paradas, ainda que as outras pessoas as pressionem neste sentido, e exerçam uma força enorme nesta direção. Sabemos que são os pais que mais sofrem com o comportamento inquieto destas crianças, são eles que vivem o maior estresse nesta situação. Se de um lado estão os professores, os familiares e a sociedade de modo geral, exigindo um comportamento mais calmo e sereno de seus filhos, do outro lado estão à criança resistente a todas as tentativas de mudanças de atitudes. (Oliveira, 2008, p. 114)

A autora menciona que talvez o maior problema que ocorre em relação ao transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDAH) como é hoje conhecido está no fato de que o conhecimento sobre este seja muito pequeno entre a população leiga e até mesmo nas áreas médica e psicológica. Muitas pessoas com TDAH passam a vida inteira sendo acusadas injustamente de mal-educadas, preguiçosas, loucas entre outras. Quando na verdade, são portadoras de uma síndrome. Além disso, ela explicita as principais características a partir das fases como, por exemplo: até dois anos de idade e a partir dos seis anos. Diante dessas fases a autora ainda alude que:

As manifestações de conduta do distúrbio hiperativo variam com a idade ou o nível de desenvolvimento da criança. Na chamada idade pré-escolar, costumam aparecer os sintomas já citados. Sabemos que em alguns casos, podem ocorrer, em idades anteriores, numerosas e sérias alterações comportamentais, tais como problemas na alimentação e sono, inquietações excessivas e episódio de negativismo e birra. Na idade escolar, persiste a sintomatologia primária e começa a manifestar-se uma série de perturbações secundárias que afetam, sobretudo as relações interpessoais e aprendizagem escolar. (Oliveira, 2008, p. 115)

Entretanto, a autora mostra um quadro bem complexo e problemático, principalmente no âmbito familiar e escolar, que os pais se sentem impotentes diante da atividade exagerada da criança e na escola essas crianças hiperativas tendem a provocar a rejeição dos outros.

No que se refere à aprendizagem escolar, podemos dizer que a hiperatividade interfere de forma negativa no processo educativo da criança. Tais como: as dificuldades de atenção e a falta de autocontrole, que caracterizam este distúrbio, intensificam-se em situações de grupo, dificultando ainda mais a percepção dos estímulos relevantes e a estruturação e execução adequada das tarefas. Este quadro de fracasso contínuo promove uma desvinculação cada vez maior da criança hiperativa em seu processo de aprendizagem, a não ser que encontrem no sistema educacional respostas adequadas às suas necessidades especiais. Além do tratamento farmacológico é essencial que o distúrbio hiperativo seja tratado também com psicoterapia. Isso deve ser feito porque ao longo da vida, especialmente antes de ser feito o diagnóstico, as pessoas com este problema sofrem muito. Destacando que são de grande importância da ação conjunta, desenvolvida pela família, a escola e o grupo de colegas, sob a coordenação do terapeuta desta. Assim incluindo o apoio social e a informação, minimizando o preconceito existente. (Oliveira, 2008, pp. 117-118).

Deste modo, a partir dessas definições sobre deficiências cabe ao educador um olhar cuidadoso a esses alunos que necessitam de atendimentos especiais para ter uma vida em sociedade, com respeito e dignidade. Vale ressaltar o papel da escola perante esses alunos, segundo Rosa (2008, p. 278) “a escola necessita, portanto, adequar-se ao aluno, providenciando meios e recursos que garantam efetivamente a sua aprendizagem, entendendo ser função dela essa garantia”. Neste sentido, a escola por meio de recursos e base consegue proporcionar aos alunos um ensino-aprendizagem conforme a sua realidade, dentro do âmbito da inclusão.

Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para a convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O objetivo desta proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso, e isso só poderá se dar a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (Glat e Blanco, 2007, pp. 17-18)

Diante do exposto, cabe ressaltar a importância de que a escola esteja atenta às reais necessidades e potencialidades de seus alunos portadores de necessidades especiais ou não, dentro de uma proposta pedagógica que visa atender a todos. Para que isso se concretize se faz necessário ainda que esta proposta vise um atendimento diversificado, pois cada aluno possui características próprias, demandando assim a necessidade de uma adaptação curricular.

2.2. O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

A Educação Inclusiva é um tema bastante complexo, podendo ter várias interpretações e análises de diversos autores dentro da perspectiva educacional e inclusiva. Por ser um tema bastante discutido e desenvolvido, no pleno século XXI se tornou um tema de grande importância principalmente no campo da educação. Deve se entender que dentro da educação inclusiva que o termo inclusão é mais amplo, não designa apenas na integração de alunos com necessidades especiais, mas também na transformação integrante das escolas que recebem tais alunos. Ressaltando que todos ganham com a educação inclusiva, visto que trabalham melhor a solidariedade e o respeito às diferenças do próximo, e perceber a importância de parceiros e colaboradores.

A relevância do tema inclusão escolar não se limita apenas a população dos alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas, também, as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e consequentemente mais humana. (Mazzillo, 2008, p. 26)

A convivência de todos pode fazer grande diferença, pois cada um poderá desenvolver seu papel de ajudar e construir mecanismos para o aprendizado desses alunos. E principalmente dando oportunidades de conhecer, experimentar e se relacionar.

A convivência com comunidade como um todo visa ampliar as oportunidades de trocas sociais, permitindo uma visão bem mais nítida do mundo. Quanto mais cedo for dada a oportunidade de familiaridade com grupos diferentes melhores e mais rápidos se farão os processos de integração. (Mazzillo, 2008, p. 26)

Em um espaço coletivo onde as relações interpessoais são estimuladas. Este deve ser um enfoque inovador, o qual aborde e identifique as necessidades e dificuldades dentro e durante o processo ensino-aprendizagem. Desse modo, a autora menciona que o sentimento de mútua ajuda é construído quase que naturalmente e num tempo surpreendente mais rápido. Isso faz do ambiente escolar um importante veículo para o surgimento do verdadeiro espírito de solidariedade, de socialização e dos alicerces dos princípios da cidadania. Como todo ser humano, a possibilidade de acesso ao conhecimento de cultura universal contribuirá para que suas habilidades e aptidões sejam desenvolvidas.

O princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender a criança portadora de deficiência na escola ou na classe de ensino regular. Para que isso aconteça, é fundamental o suporte dos serviços da área de Educação Especial por meio de seus profissionais. E que “A inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado”. (Mazzillo, 2008. p.26).

A autora deixa bastante claro sobre o princípio da inclusão, ao mostrar que é um processo que não é pronto e acabado, devendo ter revisões nos seus paradigmas e valorizar principalmente o suporte dos serviços específico da área e os profissionais. Assim desconstruir a imagem ruim que temos perante as deficiências, e elucidar a importância da educação inclusiva e suas contribuições como: social, cultural cognitiva e evolucionar.

Essa é base da Educação Inclusiva: considerar a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter. E, sendo assim, respeitar essa diferença e encontrar formas adequadas para transmitir o conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada aluno. (Gil, 2005, p. 19)

A Educação Inclusiva é desafiadora, mas possibilita vantagens, pois além de ocasionar desenvolvimento aos atendidos, eles são estimulados a aprender noções de respeito, convivência com as diferenças, cidadania e participação social. Para encabeçar iniciativas focadas nesses objetivos, os profissionais precisam desenvolver aptidões, projetos, currículos adaptados de acordo com as necessidades dos alunos e ter a sua disposição recursos educacionais apropriados, muito depende também da parte dos governos na questão de criar condições para profissionais se atualizem e se tornem capacitados para exercer um papel crucial na aprendizagem de seus alunos.

Este modelo educacional pretende fazer com que todos os alunos portadores de necessidades especiais, independentemente da sua deficiência, tenham acesso à educação de qualidade, prioritariamente, na rede regular de ensino, procurando a melhor forma de desenvolver suas capacidades e principalmente habilidades. Conforme Delors (2000, p. 212) “o professor deve ensinar aquilo que se aluno necessita e não aquilo que ele acha que seu aluno precisa. Além de adequar esses conhecimentos a capacidade do seu aluno, pois não há maior preconceito do que tratar igualmente aquele que não é igual. ”

Somente no século XX, que a escola abriu suas janelas para as crianças especiais dando-lhe oportunidade de desenvolver suas habilidades envolvidas com as crianças que se dizem normais e que nessa caminhada na busca de conhecimentos ambos se ajudam mostrando que ser diferente é algo que merece um olhar mais cauteloso e que os envolvidos tenham consciência de que todos nós devemos ser incluídos não interessa a classe social na qual pertencemos.

Mazelo (2008, p. 29) menciona que “a inclusão busca derrubar qualquer tipo de preconceito, defendendo a ideia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que os alunos não são, em qualquer circunstância, capazes de construir sozinhos seus conhecimentos de mundo. O processo de aprendizagem se funde na interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio. ” Além disso, é uma ação que exige mais da participação e principalmente do respeito e companheirismo.

Na busca de analisar e refletir sobre a pluralidade no âmbito escolar, a escola juntamente com os profissionais, precisa trabalhar de forma que haja uma construção coletiva e ao mesmo tempo estabelecerem relações inclusivas. E ao comprometer com o trabalho coletivo e de inserção, mantendo-se ao mesmo tempo atualizados e serem profissionais flexíveis e que deixam a visão de ensino segregado e pensem no ensino para todos, ou seja, mudar as opiniões e amenizar a exclusão existente, pensando sempre na perspectiva da diversidade.

E apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. Sabemos que é preciso antes de qualquer ponto, que o professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade. (Mazzilo, 2008.p. 29)

Aos poucos é preciso fazer adaptações, aperfeiçoamentos e modificar o que for necessário. Conforme Delors (2008, p. 22) “no Brasil, existem muitas controvérsias quanto à lógica de implantação da Educação Inclusiva nas escolas de ensino público e particular. Uma diversidade social contraditória que tem demonstrado desinformação, preconceitos e a produção de novos tipos de exclusão. ”

Mesmo existindo controvérsias ou contradições sob a implantação da Educação Inclusiva no Brasil foi viabilizado vários projetos, metas, e principalmente uma lei em prol da inclusão como, por exemplo: a Legislação Brasileira voltada para educação especial.

A Legislação Brasileira propõe uma educação Especial com ênfase na inclusão, dando margem para que os sujeitos com necessidades educacionais especiais possam escolher entre serem encaminhados à escola regular ou às instituições especializadas, agora com oferta de escolarização, conforme suas necessidades e desejo. (Delours, 2008, p. 22)

O conceito da escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (Brasil, 2001), implica na nova postura da escola comum que propõe, no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia de ensinar, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que favoreçam a integração social e a sua opção por práticas heterogêneas, a escola é orientada a capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se e

adaptar-se para oferecer educação de qualidade para todos inclusive para os educando com necessidades especiais.

A Educação Especial já não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas que a escola regular põe a serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos. Nesse contexto, a instituição escolar passa a ser alvo de questionamentos de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, expectativas e identidades. Muitas são as ansiedades que movimentam as transformações em busca do que se julga ser o ideal, correspondendo às necessidades específicas de todos. (Glat, 1995, p.01)

Portanto, a Educação Especial sendo concebida como um sistema educacional diferente, abrangente e transformador, seja na estrutura ou na prática pedagógica, mas não deixando de despertar conflitos, problemas, contradições, por realçar a diversidade e não desistir de seu fundamental foco que é incluir e transformar em um ideal de todos.

De acordo com Facion (2008, p. 203) “incluir não é simplesmente levar uma criança especial para frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, a criança e seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão. Todos devem estar disponíveis para enfrentar a situação da inclusão escolar”. Com certeza ela vem promover mudanças necessárias no sistema educacional que já não era grandiosa, tanto na escola de ensino regular quanto na escola de ensino especial, acreditamos que a inclusão escolar precisa ser escrita por cada escola para cada um de seus alunos.

Para que a reforma das escolas obtenha sucesso, estas devem tornar-se claramente comunidades escolares acolhedoras em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros e apoiados. Se essa característica for negligenciada ou se sua importância submetida, os alunos com necessidades especiais vão continuar a ser segregados e as escolas para todos os alunos não conseguirão atingir seus objetivos. (Stainback; Stainbank, 1999, p.74)

As escolas com intuito de serem acolhedoras e que valorizam cada aluno principalmente com necessidades especiais, proporcionará a todos o verdadeiro sentido de viver e aprender, efetivando como um processo de complementaridade entre professores e alunos e através de atos que estabeleça confiança e autoestima, constituírem o alcance da autonomia, seja social ou intelectual.

Segundo Mazillo (2008, p. 30) “a solidariedade e a aceitação são valores importantes na relação humana. É importante que a escola incentive esse sentimento solidário, pois, dessa forma, estará contribuindo para uma sociedade melhor, com igualdade e justiça para todos. ”Além disso, tem várias virtudes entre os alunos e professores, que são admiráveis e fundamentais, deste modo, a escola deverá estimular vários sentimentos como, por exemplo:

harmonia, parceria, honestidade, entre outros, estará cooperando para uma coletividade mais afetuosa e digna, compartilhar saberes com igualdade.

Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. (Mantovan, 2003, p. 25)

Com a presença dos alunos com necessidades especiais favorece a oportunidade de gerar, em sala de aula, a troca de conhecimentos e tipo de postura diante da vida respeitando as desigualdades. Isto é inclusão: aceitar e acolher a diversidade.

Vale ressaltar que a escola inclusiva deve instruir o aluno com necessidades educativas especiais, mantendo-se o mais próximo possível do ensino comum, adequando-se as suas necessidades e fazendo as acomodações necessárias.

As adaptações que precisam ser introduzidas para tornar a escola acessível, acolhedora e adequada para alunos com qualquer espécie de deficiência não se limitam a aspectos físicos – como o ambiente arquitetônico, os recursos didáticos – pedagógicos, o mobiliário e o acervo de laboratórios e bibliotecas nem – aos aspectos educacionais – como o currículo, os objetivos essenciais às mudanças que precisam ocorrer no meio social, representado principalmente pelos diretores, professores, alunos e famílias desses alunos. Todos precisam estar disponíveis para enfrentarem juntos os desafios da convivência na diversidade. (Omote, 2004, p. 01)

A educação inclusiva existe também para compor um ambiente de respeito às individualidades e de estabelecer relações com diálogos entre todos os submersos nos domínios familiar, escolar e comunidade. Segundo Bastos (2008, p. 156) “a educação inclusiva existe para dar suporte, para que a escola comum possa receber alunos deficientes e superdotados, cooperar no desempenho das adaptações e fazendo da inclusão uma realidade possível. A educação inclusiva pressupõe acesso, permanência e aproveitamento escolar”.

Vale ressaltar que as barreiras arquitetônicas são um dos maiores obstáculos a inclusão no nosso país. Deve-se atender para as adaptações arquitetônicas principalmente ao redor de escolas. Assim, com o escopo de dar acesso a todos são necessárias mudanças simples tais como: as portas e corredores tiverem 80 cm; houver rampas, ao invés de degraus, corrimão, elevadores.

A educação inclusiva vem para substituir a escola tradicional, nas quais todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma. Quem não se enquadrasse, estava fora dos padrões considerados aceito. E era encaminhado para a classe especial, para escola especial ou simplesmente, acabava desistindo de estudar. (Gil, 2005, p.18)

Mediante o desejo de uma sociedade na qual todos possam exercer cidadania, é preciso pensar realmente em todos: deficientes, idosos, superdotados, negros e demais desfavorecidos. Deve-se lembrar que todos os alunos têm características diferentes e cada um aprende de um jeito peculiar. Conforme Gil (2005, p. 24) “O objetivo da educação inclusiva é garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade”.

Portanto, a inclusão é um movimento com apenas um objetivo: construir uma sociedade para todos. Mesmo sendo muito atualizado o movimento sobre inclusão, o conhecimento das diferenças que se encontram em cada criança que será incluída torna-se essencial neste processo. Segundo Rabelo (1999, p.20) "hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social”.

2.3. DISCUTINDO SOBRE O PROCESSO INCLUSIVO NA ESCOLA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A DIVERSIDADE HUMANA

A reflexão sobre a educação inclusiva permite repensar velhos e novos conceitos, metas para uma escola democrática, as concepções sobre o papel socializador da escola e a necessidade de buscar coletivamente alternativas viáveis, para os impasses diante das expectativas e diferentes interesses e diversidade em um mundo globalizado, onde as informações acontecem num piscar de olho.

Dentro desse ideal educativo a autora Rosa (2008, p.274) menciona que “embora vagaroso, é neste caminho que começam as discussões sobre a escola, sua organização, suas estruturas, seu currículo e, conseqüentemente, sobre a prática pedagógica. ” Mesmo que seja um processo lento não deixando de ter esperanças e principalmente pensar no que é preciso fazer, e buscar por meio de projetos e metas princípios que sirvam de horizonte a ser atingindo dentro da prática pedagógica.

Sob o âmbito da inclusão, e pensando na educação para todos, de acordo com a autora a partir de 1994, com Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Qualidade e Acesso. Foram reafirmadas as metas do

Congresso Mundial para todos, realizado em 1990, na Tailândia, que previa a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Na Espanha, acrescentam-se os princípios norteadores da Educação Inclusiva. Sendo um dos princípios fundamentais no campo da educação e excepcionalmente inclusivo. A partir da Declaração de Salamanca entre outros, a educação obteve novos objetivos e funções, buscando incluir todos.

Deste modo, Rosa (2008, p. 276) aborda que “todos esses movimentos, de direito do cidadão, trouxeram para a escola um novo contingente de personagens que não encontraram uma escola preparada para recebê-los”. Além de esses movimentos serem como um apoio, mesmo assim as escolas carecem de embasamentos, ou seja, precisam de práxis estimuladora que permite a edificação do conhecimento e que oferecem sustentabilidade de acordo com o alunado e que possam oferecer a qualidade tão prezada.

Se por um lado a educação inclusiva enfatiza a qualidade de ensino para todos, por outro, a escola precisa urgentemente se reorganizar para dar conta da multiplicidade de questões inerentes ao trabalho educacional. O desafio é de todos os envolvidos, na construção de alternativas possíveis de significação e integração para o grupo, é necessário antes pensar em como atender os diferentes interesses, a partir de uma ação cotidiana. (Rosa, 2008, p. 276)

Dentro desse quadro de fundamentos e desafios, a educação inclusiva engloba dois aspectos exclusivos e que merecem destaques são: os recursos e apoios, essenciais para tornar-se um ambiente favorável e preparado de acordo com a multiplicidade. Segundo Bastos (2008, p. 277) “o princípio da Educação Inclusiva exige intensificação na formação de recursos humanos, garantia de recursos financeiros e serviços de apoio pedagógicos especializados para assegurar o desenvolvimento dos alunos.”

Assim, para que a inclusão na escola aconteça de maneira estruturada, deve-se ter conhecimento dos recursos humanos, segurança dos recursos financeiros e principalmente de base que norteiam e assegurem o desenvolvimento humano. Pensando também na formação e capacitação dos profissionais. Conforme Rosa (2008):

A formação e a capacitação dos profissionais docentes são ponto fundamental para o ensino que atende diferentes especificidades educativas especiais e que, para sua efetivação, necessitam de profissionais comprometidos e competentes na sua ação para uma educação de qualidade na qual respeita as diferenças individuais, levando a sociedade a criar relações de acolhimento a diversidade humana conforme registra a Declaração de Salamanca. (Rosa, 2008, p. 277)

São evidentes que os excluídos da escola se situam entre as populações mais oprimidas e despolitizadas, aquelas que não se sentem com direito a realização. É meninos e meninas habituados a conviver com a fome, a violência, a injustiça, a marginalização. Para eles a

liberdade e a democracia são apenas sentimentos vagos, abstratos. Já dizia Paulo Freire “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir a discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. ”

Na Educação inclusiva não podemos fechar os olhos para a desigualdade social, uma história do povo brasileiro marcada por lutas e conflitos, por melhores condições de vida, melhor distribuição de renda, moradia, saúde e educação de qualidade. A sociedade brasileira é uma sociedade de classes e a realidade escolar acompanha esse quadro social, existindo a “escola de pobre e escola de rico”. A riqueza, em nosso país e no mundo, é distribuída de maneira extremamente desigual. O Brasil continua sendo um país desigual. O processo educativo e a escola não são neutros. Foram pensados e construídos juntamente a esta organização econômica e sociocultural.

Portanto, temos aqui um ponto importante: não existe educação neutra, toda educação ou reforça este sistema ou questiona-o, procurando ações transformadoras. Segundo Freire (1979, p. 56) “Nenhuma ação educativa pode presidir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. ”

A Educação Inclusiva é peça-chave para que o Brasil dê conta de suas responsabilidades junto aos organizadores internacionais, quanto às metas do Congresso Mundial da Tailândia¹, como para as contidas na Declaração de Salamanca². Muito se há de fazer para que tenhamos êxito na concretização deste novo paradigma educacional. Não resta dúvida de que o século XXI será rico em debates sobre questões que possam assegurar a implantação e o desenvolvimento da Educação Inclusiva numa perspectiva de que se dê ao longo da vida, que tenha qualidade e, principalmente, melhore nossa capacidade de vivermos juntos. Além das reformas das instituições sociais quanto da tarefa técnica, a Declaração de Salamanca afirma que “ela depende acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade.”(Rosa, 2008, p. 291)

Ao analisar as ideias da autora percebe-se que a educação inclusiva é um paradigma educacional que é com certeza uma responsabilidade de todos os envolvidos e principalmente sob uma política voltada com mais recursos para que realmente aconteça a inclusão nas escolas brasileiras. Nesse sentido, segundo a UNESCO (2001 itens 4º):

¹. Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

². Como resultado da **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais especiais**, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a **Declaração de Salamanca** trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais

Priorizar a qualidade de ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por todos os profissionais, entendendo que a Educação, por si só não conseguirá eliminar a pobreza, mas que ela representa “a base para o desenvolvimento pessoal, tornando-se determinante na melhoria significativa da igualdade de acesso as oportunidades de uma melhor qualidade de vida”.

Portanto, é desenvolver um espaço voltado para o indivíduo inserindo-o como cidadão e colaboradores na construção de uma sociedade mais receptiva e aberta.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. No entanto, identificar essas necessidades requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em relação aos alunos, mas também que se organizem para construir uma escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (Santos, 2008, p. 03)

A educação inclusiva é um compromisso em prol de mudanças e de desenvolvimento, por ser exclusivamente para as pessoas com necessidades especiais, mas serve como base para os demais, no sentido de proporcionar ideias e atitudes inspiradoras e inovadoras. Pensar na diversidade e suas contribuições sociais e culturais.

A Educação Inclusiva, entendida sob a dimensão curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os outros – mesmo que de modos diferentes – cabendo ao professor fazer as necessárias adaptações. A realização de adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. A implementação da Educação Inclusiva não é tarefa fácil, pois o professor terá que garantir o aprendizado de alunos com necessidades educacionais diversas dos demais, no contexto de suas atividades rotineiras e do planejamento para a turma com um todo. (Glat, 1995, p. 03)

Esse ideal educacional é cheio de fundamentos teórico-metodológicos, de mudanças, de escolarização, de formação, de preceitos, enfim, um paradigma marcado por metas, conceitos, desafios, modificações nos modos e ações excludentes, e principalmente um processo que estabeleça o senso crítico e a construção de aprendizado.

Apostar na Educação inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios da igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. Acreditar no processo de inclusão é viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando seu ritmo de aprendizagem e elevando sua autoestima. É banir em definitivo o hábito de excluir, que tanto tem empobrecido a sociedade brasileira. É reconhecer que somos diferentes, mas que devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor. É permitir que cada indivíduo possa entender como se dão as relações de poder na sociedade e possam exercer seu papel de cidadão, enquanto contribuintes, na construção de uma nação solidária. (Rosa, 2008, p. 293)

Deste modo, quando se trata de Educação Inclusiva, enfatizando os sujeitos, e principalmente a variedade, devem-se pensar também nos problemas, distúrbios e transtornos

psicológicos, mentais, de conduta, emocionais, afetivos, de comportamentos, entre outros como: a depressão, a baixa autoestima. Que podem ser percebidos no ambiente familiar e escolar. É necessário primeiramente encaminhar para os tratamentos específicos, depois estar buscando dialogar, motivar e proporcionar práticas compreensivas, acolhedoras, e conceder oportunidades que venham a engajar no seu desempenho e sucesso, que desenvolvam todo seu potencial, ou seja, buscar suavizar os problemas e elevar a sua autoestima, dando destaque as suas aptidões e socializando-os de forma que não tenham temores e nem sejam excluídos. É um processo de estudos, pesquisas, e essencialmente de todos, pais, professores e comunidade. Na busca de entender o nível de consciência e meditação das pessoas sobre este assunto é sucinto, mas poderá ser apreendido também através do próximo capítulo, sendo um complemento a mais para o nosso conhecimento.

CAPÍTULO III- EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PARA QUEM?

No primeiro momento apresentaremos quem precisa ser incluído, ou seja, a educação inclusiva como um campo educacional voltado para quem, a partir disso mostrará o que é preciso para estar desenvolvendo um ensino-aprendizagem ao mesmo tempo inclusivo e gratificante, e que possa fazer a diferença na vida de todos e principalmente das pessoas com necessidades especiais. Em seguida tendo como objetivo apontar a importância das Inteligências Múltiplas, na qual enfatiza sobre as habilidades e como desenvolver socialmente e individualmente. E por último sobre a Legislação Brasileira, que mesmo com a lei, as escolas ainda não estão acessíveis e adaptáveis para a verdadeira educação inclusiva.

3.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUEM PRECISA SER INCLUÍDO?

Dentro do âmbito escolar todos devem ser incluídos, mas primeiramente os professores e os demais membros, precisam ter o compromisso de construir uma escola que aceita e respeita as diferenças. É necessário o conhecimento das leis que norteiam e ampara as pessoas com necessidades especiais, tal como ser qualificado para saber identificar as deficiências e habilidades dos alunos, ou seja, conhecer melhor cada aluno e com os recursos se engajarem, se capacitarem, para construir realmente uma escola acessível a todos.

Nesse sentido, conforme Andrade (2008):

A inclusão é um tema frequente nas discussões da atualidade, somente no final da década de 80 do século XX, com a perspectiva da educação enquanto direito de todos, assegurado pela Constituição Federal de 1988, é que a discussão e ações pertinentes a Educação Inclusiva mudaram o foco, passando de assistencialismo à educabilidade, respeitando todas as diferenças e valorizando todos os indivíduos, prevalecendo o cumprimento dos direitos e principalmente o exercício da cidadania sob a construção de uma sociedade para todos. (Andrade, 2008, p. 163)

Mesmo estando no século XXI, à inclusão não está acontecendo como deveria as escolas ainda esperam por melhorias, mesmo existindo as leis, poucas mudanças vêm ocorrendo, mas que algumas já fazem a diferença, e não consegue uma educação melhor, por causa de vários entraves sejam internos ou externos, muitas vezes carecem de pessoas com mais competência e que arcam com suas responsabilidades e compromissos e principalmente fazer com que a

inclusão aconteça de forma plena e significativa. Portanto, inclusão escolar não se restringe exclusivamente à população dos portadores de necessidades educacionais especiais. Ela envolve todos, na busca por uma interação humana mais consistente, amistosa e fraternal.

É necessário também saber o que significa incluir, quem precisa ser incluído, quais as dificuldades deste processo, como isso vem acontecendo nos dias de hoje, e o que cada um pode fazer na construção de uma sociedade melhor. Além disso, é importante ressaltar sobre as deficiências e habilidades, que apesar de ser bastante complexas, é através delas que vai desencadear várias reflexões e principalmente buscar apreciar a capacidade de cada pessoa.

Essas habilidades e deficiências também são frutos de uma construção cultural, na qual a sociedade valoriza as capacidades que mais convém aos indivíduos. Por exemplo: indivíduos que tem conhecimentos em matemática e português atingem melhores resultados nos testes de QI (quociente de inteligência) do que os que possuem habilidades em desenhar ou dramatizar. Sabemos que isso não quer dizer que somos menos inteligentes. Quem não possui as habilidades que satisfazem ao meio social, acaba sofrendo discriminações, mesmo que sejam encobertos ou disfarçados o que causa, por sua vez, a exclusão nos regimes comuns. (Bastos, 2008, p. 165)

Infelizmente vivemos numa sociedade preconceituosa, individualista e egoísta e esquecendo que o outro também é importante, de certa forma acabamos excluindo e desrespeitando.

Todos nós temos nossos preconceitos e momentos de discriminação com o diferente. Por isso, é preciso ter ação e reflexão sobre nossas práticas diárias, se é necessário perceber em algum momento discriminarmos alunos ou colegas de trabalho por ter atitudes diferentes da nossa. Sabemos que é inclusão não ocorrerá de forma ideal de repente, será um processo lento, por precisar mais da conscientização do ser humano. (Andrade, 2008, p. 165)

Mas é preciso começar o quanto antes. Dessa forma, aos poucos, é possível fazer diversas modificações. Não existe um modelo pronto ou uma receita pronta. É um processo em construção. De acordo com Andrade (2008, p. 164) “no entanto, cada um poderá fazer a sua parte. O que não poderá mais acontecer é a criança ficar excluída da escola e da sociedade ou inventarmos mais deficiências e dificuldades de aprendizagem para assim encobrir os problemas de ensinar”.

Quando soubermos assinalar as deficiências e habilidades, principalmente no âmbito escolar, será preciso olhar mais para a pessoa e não a deficiência em si e valorizar o que ela tem de importante. E fazer com que essas pessoas não sintam receio de ser diferente.

Todo ser humano possui habilidades e deficiências, sejam elas físicas, mentais, cognitivas, emocionais ou sociais, sendo algumas mais evidentes que outras, ou seja, diferentes. Normalmente tentamos ocultar as nossas dificuldades e fazemos de tudo para destacar nossas habilidades é isto muita das vezes nos traz grandes frustrações e no decepcionamos com nós mesmos. Imagina como deve ser difícil para um

indivíduo ter a sua deficiência exposta como, por exemplo: uma deficiência visual ou física. (Bastos, 2008, p. 164).

Ao analisar vários textos e pesquisas, percebe-se que as pessoas com deficiências tiveram uma vida muito conturbada, difícil. Mas devido vários fatores, como por exemplo: na Idade Média, as pessoas não tinham conhecimento capaz de identificar os problemas, e nem tratamento específico perante as deficiências existentes.

Na Idade Média, as igrejas abrigavam quem nascia com deformações. Além disso, essas pessoas estavam condenadas à morte. Quem não conhece a história que Victor Hugo escreveu sobre o Corcunda de Notre-Dame? Do século XVI aos XIX, os deficientes continuavam isolados em asilos ou albergues. Posteriormente, surgem os primeiros hospitais psiquiátricos. Ainda eram tempos de exclusão total do deficiente que era considerado inválido, incapaz de desempenhar qualquer função social. Não havia distinção entre as deficiências. (Andrade, 2008, p. 166)

Passada a Idade Média, as pessoas com deficiências continuavam sendo excluídas e segregadas. Somente no século XX, é que lentamente formada uma visão mais positiva sobre essas pessoas.

Ao longo da história das sociedades, os deficientes continuavam isolados em asilos ou sanatórios e aos poucos, foram sendo distinguidas algumas deficiências. As instituições começaram a se modificar e se especializar em deficiências específicas. Somente no século XX, os deficientes passaram a ser vistos como cidadãos. No final deste século é que se começa a falar de integração, ou seja, da inserção dessas pessoas no meio social. Porém, ainda hoje, sofrem discriminações por não poderem usufruir das mesmas oportunidades que os outros cidadãos, com medo de não serem aceitos, por existirem barreiras físicas ou por não haver tradução em libras ou Braille. Todos esses, que estão à margem da educação, necessitam ser incluído nos meios comuns para que possam usufruir os mesmos direitos. (Andrade, 2008, P. 168).

É importante mencionar que todos precisam da inclusão, pois cada pessoa tem seus problemas sejam sociais, econômicos, etc., porém cabe a sociedade recolher seu mérito e deixar desfrutar das ocasiões e fazer parte como qualquer outra pessoa, que possibilite viver com dignidade e estima.

Mas não só os deficientes necessitam da inclusão: há ainda os superdotados ou indivíduos com altas habilidades. Esses são ainda discriminados, justamente, por possuírem altas habilidades (em uma ou mais áreas de conhecimentos) e facilidade de aprendizagem. Como aprendem rápido e são curiosos, não acompanham as formas que as escolas impõem e começam a demonstrar problemas no comportamento exigido. (Bastos, 2008, p. 166).

A educação especial é um dos princípios para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Vale ressaltar que ela garante que todos podem frequentar a sala de aula, mas não se esquecendo das adaptações.

A educação especial garante ensino para deficiente (auditivos, visuais, físicos, intelectual) crianças com condutas típicas e superdotadas, até os dezoito anos, que não tenha condições de frequentar uma classe comum. A partir dos dezoito anos devem ser encaminhados para escolas profissionalizantes. Devem instruir o aluno com necessidades educativas especiais, mantendo-se o mais próximo possível do ensino comum, adequando-se as suas necessidades e fazendo várias adaptações que são necessárias. (Andrade, 2008, p. 168).

Existem diversas modalidades de atendimento na educação especial. De acordo com Bastos (2008) algumas delas são:

Sala de recurso: que funciona na escola comum e o aluno com dificuldade ou alta habilidades, deve frequentá-la no contra turno, para que, com ajuda de um professor, possa se desenvolver por meio de atividade adaptadas. Classe especial: o aluno frequenta aulas especiais com outras turmas (artes, música, educação física e etc.) e na classe especial trabalha os conteúdos curriculares de classe comum adaptados. Professor itinerante: atua em mais de uma escola comum, suprimindo necessidades dos deficientes e orientando professores regente. Classe hospitalar: para alunos que ficam hospitalizados por muito tempo. Ensino domiciliar: são alunos atendidos em casas afastadas da escola por problemas de saúde. Estimulação precoce: para recém-nascidos até três anos, que façam parte do grupo de risco (que possam apresentar deficiência por problemas na gestação ou na hora do parto). (Bastos, 2008, p. 168)

Além das modalidades de atendimento, vale ressaltar que o atendimento especializado é um dos elementos cruciais para as pessoas com necessidades especiais. Segundo as autoras Fávero, Pantoja e Mantona (2004):

O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do atendimento educacional especializado: Língua brasileira de sinais (Libras); interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativo-aumentativa; tecnologias assistidas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras. (Favero, Pantoja e Mantoan, 2004, p. 11)

Para cada deficiência existe uma modalidade específica de atendimento, de acordo com a precisão de cada aluno. De forma geral, o espaço escolar deve ser espontâneo, apropriado e acolhedor, propiciando vivências que lhe possibilite o aprendizado, que considera suas agilidades e respeita suas limitações e buscar por meios de incentivos e de socialização a real inclusão. Segundo Andrade (2008, p. 185) “enquanto estivermos destacando mais a deficiência do que a capacidade dos indivíduos não avançará na educação. ”

Por isso, devemos recuperar o tempo perdido e fazermos a nossa parte como cidadãos. Sabemos que levaram muito tempo para que se criasse uma lei em prol da educação inclusiva no país, vale mencionar que ao conseguir o apoio da legislação brasileira mesmo sendo uma grande luta, essa forneceu o suporte necessário para pressionar pelos nossos direitos.

Isso beneficiou na valorização da escola, reconhecendo ser ela um espaço com privilégios e princípios para a construção de uma sociedade democrática. Para ter qualidade desejada precisa de vários auxílios e da cooperação de todos abrangidos. Com o objetivo de modificar posturas discriminatórias, buscando inovar e humanizar mais as pessoas, prevalecer não só na escola inclusiva, mas em geral. Cabe à escola estabelecer subsídios que minimizem os diversos empecilhos presentes e principalmente incentivar e conscientizar que cada um tem seu valor.

Todo processo de mudança não é fácil e exige predisposição. Diversos obstáculos surgem além dos que já são esperados. Portanto, é importante procurarmos parceiros profissionais que tenham experiências positivas para serem compartilhadas e trocadas. As parcerias com a família e comunidade são essenciais, além das entidades que trabalham com educação especial, sensibilizando-as e orientando-as para ações na sociedade; reestruturar recursos físicos, buscando, parcerias com empresas, ONGs, APAES, entre outras.

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta. Para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades Especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (Sasaki, 1997, p.39)

Para que a educação seja de fato inclusiva, é imprescindível que haja uma integração da escola com a sociedade, pois as duas devem estar em sintonia, pois uma das funções sociais da escola é preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. Mercado este que deve também estar preparado e disponibilizar vagas para essa clientela, que, aliás, já tem seus direitos garantidos por lei que resguarda o sistema de cotas de vagas para pessoas portadoras de necessidade especiais.

3.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Sob a perspectiva inclusiva e principalmente na questão de valorizar e respeitar tanto as características quanto as necessidades de cada um. A teoria das inteligências múltiplas é uma proposta essencial para isso, buscando ao mesmo tempo o conhecimento e desenvolver-se. Porém, o educador é um dos principais mediadores para que isso aconteça. Segundo Gardner, o sucesso escolar está ligado ao fato de o educador descobrir alternativas que colaborem para o desenvolvimento das diversas competências do indivíduo. Ressaltando que todos nós

possuímos essas inteligências, mesmo que umas são mais desenvolvidas do que outras. Conforme Andrade (2008, p. 183) “a teoria das inteligências múltiplas vai ao encontro à proposta de uma educação inclusiva, que valoriza as potencialidades de cada um, respeitando as diferentes formas de aprendizagem”.

A inteligência apresenta então uma característica fundamental, que é ser criadora e ter capacidade de resolver problemas, de criar coisas que sejam essencialmente úteis. Para a autora, os seres humanos dispõem de graus variados de cada uma das inteligências múltiplas e maneiras diferentes com que elas se combinam e se organizam, e se utilizam dessas capacidades intelectuais para resolver problemas e criar produtos.

Gardner ressalta que, embora essas inteligências sejam até certo ponto, independentes umas das outras, elas raramente funcionam isoladamente. Jean Piaget, estudioso suíço, também desenvolveu muitas pesquisas sobre inteligências, introduzindo uma concepção de inteligência direcionada para o aspecto fundamental e interativo do intelecto.

Portanto, a teoria das inteligências múltiplas tem como fundamento a pluralidade da mente, e que inteligência não se mede. Dessa maneira, segundo Gardner “uma criança pode ter um desempenho precoce em uma área” (o que Piaget chamaria de pensamento formal) e estar na média, ou mesmo abaixo da média, em outra (o equivalente, por exemplo, ao estágio sensório-motor). Gardner descreve o desenvolvimento cognitivo como uma capacidade cada vez maior de entender e expressar significados em vários sistemas simbólicos utilizando num contexto cultural, e sugere que não há uma ligação necessária entre a capacidade de desenvolvimento em uma área de desempenho e capacidades em outras áreas. Com base nas inteligências múltiplas, parte-se do princípio que todos podem aprender por meio de suas potencialidades, respeitando suas necessidades e criar condições para que o aprendizado aconteça.

Sabemos que no modelo tradicional de ensino, o professor transmite o conhecimento de uma forma, contemplando apenas um tipo de inteligência. Nem todos os alunos aprendem somente ouvindo ou copiando do quadro. No entanto, vemos esse modelo se repetir desde os tempos dos jesuítas até nos dias de hoje.

Porém o professor inclusivo respeita a diversidade de seus alunos, proporcionando atividades de acordo com as inteligências múltiplas, para que todos sejam contemplados na sua forma de aprender. A partir de questionários simples, podem-se identificar quais são as inteligências que o aluno já desenvolveu e quais precisam desenvolver. O professor pode se basear nessas informações para elaborar atividades e trabalhar conteúdos nas aulas. (Andrade, 2008, p. 184)

É muito interessante a maneira que professor poderá trabalhar com as inteligências múltiplas, nos conceitos da autora é uma forma em que todos poderão estar complementando, ou seja, participar e ao mesmo tempo desenvolver suas competências. E ao adequar o estilo de aprendizagem com a inteligência de cada aluno, o educador estará reverenciando a diversidade humana e contribuir para a educação inclusiva.

No entanto outro fator de suma importância na educação inclusiva a avaliação, que passa a ser mais justa, pois analisa a habilidade do aluno e não a sua deficiência. Não é mais preciso aplicar provas que não provam nada. Os modos de avaliação variados, condizentes com as atividades trabalhadas e de acordo com as inteligências múltiplas. Portanto, as inteligências múltiplas mudam não só a forma de ensinar e aprender, mas também como avaliar de forma eficiente, sem padronizações antigas, fora de contexto e completamente excludente. As inteligências múltiplas e a educação inclusiva realmente vêm para todos, sem exceção, e são a melhor forma de se construir conhecimentos e avaliar o aproveitamento dos alunos sob a perspectiva da diversidade. (Andrade, 2008, p. 184)

Além do papel das inteligências múltiplas, é preciso que a escola esteja apropriada e principalmente dar suporte como: ambientes que fornecem o uso de diversos instrumentos materiais. Segundo Gardner a busca e a construção do conhecimento fazem parte da natureza humana, porém, em muitas situações, por privilegiar-se determinadas áreas do conhecimento e métodos de aprendizagem, muitos acabam reprimido seus propósitos e potencialidades.

Essa atitude possibilita uma revisão estrutural educacionais, nas aulas fragmentadas e com horários rigidamente preestabelecidos. O currículo educacional fichado tem de dar lugar a outro, em que o tempo e os assuntos apresentam maiores flexibilidades. O papel do educador também é outro, um profissional mais aberto e mediar às relações no cotidiano escolar. Desse modo, proporciona a todos, professores e alunos, uma oportunidade de aprender a aprender. Conhecer as inteligências dos alunos pode favorecer não só o processo de aprendizagem, como também as relações, a forma como o professor aborda o aluno. Vejamos um exemplo disso: aqueles alunos com maior capacidade auditiva gostarão de aulas expositivas. Aqueles com capacidade visual privilegiada se beneficiarão com as aulas que usam retroprojetores ou PowerPoint. Já os com maior capacidade tátil-motora precisarão ter algumas atividades físicas intercalada. Aqueles com capacidade em todas as áreas aprenderão, a respeito de qualquer formato de aula. (Prestes e Silva, 2007, p. 70)

A partir do momento que os profissionais buscam serem mais ponderados e relevantes mudando sua prática pedagógica, seu currículo e principalmente as relações professor-aluno, dentro do cotidiano escolar, ou seja, de acordo com a realidade, e proporcionar aulas diversificadas e que faça a diferença no aprendizado, possibilita o aluno a desenvolver melhor suas capacidades e percepções cognitivas e motoras, com o intuito de valorizar suas diferenças e sua maneira de aprender. Dinamizando a ponto de suprir as dificuldades apresentadas. De acordo com Prestes e Silva (2007, p.72) “as implicações da teoria das inteligências múltiplas para a educação são claras, quando se analisa a importância dada às diversas formas de pensamento e à relação existente entre elas, à aquisição de conhecimento e à cultura”.

A escola também tem sua função de educar e ao mesmo tempo de proporcionar mecanismos e princípios de cidadania agregando os valores de serem cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Segundo Gardner “o primeiro propósito da escola é educar para a cidadania, somando valores.” O autor afirma que “a escola que se preocupa com a educação para cidadania não está preocupada só em discutir com seus alunos direito do consumidor, direitos humanos, mas também de pensar que alguém que não aprende o que a escola tem para ensinar está tendo um direito de cidadania negado.” Lembrando que a escola não pode agregar-se em um único modelo, pois seus sujeitos, apesar de únicos, são plurais em suas necessidades.

Ao se tratar de Inteligências múltiplas não poderia deixar de registrá-las, com certeza vem ajudar no nosso conceito e formação, na percepção de valorizar mais as diferenças.

Inteligência Linguística: presente nos poetas, nos grandes escritores, nos oradores, naquelas pessoas que conseguem criar, representar e resolver problemas através da linguagem. É a habilidade para usar a linguagem para convencer, agradar, estimular ou transmitir ideias. Em crianças, essa habilidade manifesta-se através da capacidade para contar, com precisão histórias originais experiências vividas.

Inteligência Lógico-Matemática: responsável pelo pensar lógico como uma sensibilidade para padrões, ordem e sistematização. É a habilidade para explorar relações, através da manipulação de objetos ou símbolos, ou ainda é a habilidade para lidar com séries de raciocínios, para reconhecer problemas e resolvê-los. É a inteligência característica dos advogados, matemáticos e cientistas. A criança com especial aptidão nessa inteligência demonstra facilidade para contar e fazer cálculos matemáticos e para notações práticas de seu raciocínio.

Inteligência Corporal-Cinestesia: a grande marca dela é que o corpo age liderado pelo cérebro para criação, para tomada de decisões. São a habilidade para usar a coordenação grossa ou fina em esportes, artes cênicas ou plásticas, no controle dos movimentos do corpo e na manipulação de objetos com destreza. O aprender fazendo é um aspecto importante no aprender. **Inteligência espacial:** é irmã da inteligência corporal, segundo Gardner, no sentido de que essas duas inteligências têm uma responsabilidade pelo desenvolvimento de certa espacialidade na inteligência. Descreve a inteligência espacial como a capacidade de perceber o espaço visual e espacial de forma precisa, as transformações que esse espaço sofre. É a inteligência dos pilotos de fórmula 1, dos engenheiros e dos arquitetos. Em criança pequena, o potencial espacial nessa inteligência é percebido através da habilidade para quebra-cabeças e outros jogos espaciais e atenção a detalhes visuais. **Inteligência Interpessoal:** essa inteligência permite-nos trabalhar com pessoas e perceber as pessoas. Ela está presente nos professores, políticos e vendedores bem-sucedidos. A inteligência interpessoal em crianças pequena especialmente dotada demonstra uma habilidade para liderar outras crianças, uma vez que são extremamente sensíveis às necessidades e sentimentos de outros e etc. (Prestes e Silva, 2007, p. 70-71)

Essas várias inteligências têm como subsídio de orientar, refletir e analisar, através delas que as pessoas se identificam, ou seja, buscam a sua habilidade e principalmente seu desempenho individual. Dentro do âmbito escolar segundo Gardner “A teoria das inteligências múltiplas sugere abordagens de ensino que se adaptam às potencialidades individuais de cada aluno, assim como à modalidade pela qual cada um pode aprender melhor.” (HOWARD GARDNER, 1994, p.69). Com isso devemos lembrar a questão da diversidade como diz Mantoan (2000) às escolas abertas à diversidade é:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. (Mantoan, 2000, pp. 07-08)

Como já foi dito é preciso que as escolas estejam preparadas também em sua estrutura física para atender e facilitar o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais. São necessárias adaptações no ambiente, assim como rampa de acesso, corrimão, sinalização tátil visual, portas alargadas, dentro de uma proposta realmente inclusiva que acolha de modo satisfatório essa clientela.

3.3. ANALISANDO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao analisar a Legislação sobre a educação especial, compreende-se que as leis existem, mas não estão sendo aplicadas de acordo com as necessidades do educando, como por exemplo: as pessoas com necessidades especiais, eles não encontram uma escola preparada para recebê-los, as escolas ainda estão sendo adaptadas lentamente muitas vezes com poucos recursos e espaços físicos inadequados, vale ressaltar as escolas do interior.

A Educação Especial, provavelmente, pela perpetuação de resquícios conceituais conservadores sobre a pessoa portadora de necessidades educativas especiais, é ainda desconhecida, mal interpretada e questionada no momento de sua implantação pelos órgãos governamentais. No entanto, esta situação vem ao longo dos anos se modificando, como se nota na Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, estabelece que a educação é de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparar para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. No artigo 208 incisos III, ratifica o direito a Educação para todas as pessoas, assegurando àquelas com necessidades educativas especiais o atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino. (Bastos, 2008, p. 435)

Além de estar abordando a questão da educação especial, sendo de suma importância aludir sobre os direitos e deveres dos cidadãos com necessidades especiais. No caso sobre a Legislação.

As Legislações Brasileiras e internacionais vêm abrindo caminhos para que os sujeitos com necessidades especiais de educação tenham assegurados e ampliados seus direitos. A seguir apresentaremos, cronologicamente, alguns documentos legais importantes, os quais devem ser alvo de pesquisa de todos os educadores brasileiros. Lei 7853/89, determina que a oferta de matrícula aos alunos com necessidades

especiais de educação é obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos de ensino e no caso da recusa de alunos com necessidades especiais, prevê-se a reclusão de 1 a 4 anos.

Lei 7853 de 24/10/89- (CORDE) que cria a Coordenação Nacional para a Inclusão de Pessoa Portadora de Deficiência, para apoio a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Lei 8069 de 13/07/90- Estatuto da criança e do Adolescente (1990) em seu artigo 5º garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente. No artigo 54, confere o direito de atendimentos especializados aos portadores de deficiência. Já no artigo 60, assegura aos adolescentes portadores de deficiência o direito ao trabalho protegido.

A Lei 9045/95 que delibera sobre a obrigatoriedade de as editoras reproduzirem suas publicações em Braille, desde que haja concordância dos autores.

A Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dedica o capítulo V a Educação Especial. (Bastos, 2008, p. 435)

Ao analisar a Legislação, compreendemos de onde surgiu o direito à educação das pessoas com necessidades especiais, ou seja, ela é um direito adquirido e essencial para essas pessoas, para a formação e socializar de forma que consigam atingir o pleno desenvolvimento e preparo para a cidadania. E o acesso à educação especial foi um avanço significativo para a educação dessas pessoas.

Em seu artigo 58, explicita que a Educação Especial é uma modalidade de educação destinada aos educados portadores de necessidades especiais e que deve acontecer, preferencialmente, em escolas regulares. No entanto, o 1º parágrafo deste artigo estipula que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender a especificidade desta clientela, o que amplia consideravelmente o leque de atendimento desta. No parágrafo 3º, estabelece que o atendimento de crianças com necessidades especiais, sendo dever de o Estado incluir na faixa etária de zero a seis anos, no período referente à Educação Infantil, tendo como perspectiva a intervenção precoce e a ação integrada entre área da saúde e da educação, cumprindo a dupla função da educação infantil: cuidar e educar. (Bastos, 2008, p. 436).

Esses artigos mencionados nos fazem refletir que as leis são bastante claras e importantes, mas que na realidade não estão executando-as corretamente, muitas escolas continuam precisando de serviços especializados, investimentos financeiros e de outros recursos. Refletirmos também sobre o verdadeiro sentido de democracia, ir à busca de assegurar os direitos de uma excelência na educação e que abranja a todos de uma forma igualitária, na qual possa acontecer a inclusão que norteiam as leis.

Vivemos em uma sociedade que busca tornar-se democrática no sentido pleno de palavra democracia. Apesar de o cidadão brasileiro gozar de seus direitos civis e políticos, ele ainda está longe de ter garantias dos direitos sociais, que configuram a plenitude da sociedade democrática. Neste sentido, a Legislação busca assegurar por meio das Leis que esses direitos, que deveriam ser éticos, sejam minimamente legais. (Bastos, 2008, p. 490)

A partir do momento que fazemos parte de uma sociedade, devemos pensar na cidadania e na questão daética, buscar ações e reflexões que favoreça a democracia e exigir com dignidade nossos direitos, mas não se esquecer dos deveres, é necessário enfatizar sobre as leis que foram

importantes para todos os seres humanos, ou seja, outros direitos e deveres, como por exemplo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma das Leis que regem a moral da sociedade, relacionando a prestação de serviço e o respeito aos direitos dos cidadãos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos (art. 1º) ... sem distinção alguma nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou qualquer outra situação.” (art. 2º). Em seu artigo 7º, proclama que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direitos a igual proteção da lei...” No artigo 27º, proclama que “toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da Comunidade, de usufruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultam.”

Lei 7405/85 – símbolo Internacional de Acesso. A lei obriga a colocação, de forma visível, do símbolo de Acesso em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Estacionamentos amplos e seguros próximos a edifícios, interligados por caminhos com quais rebaixadas; Entradas de edifícios e de salas sem degraus entre outros. (Bastos, 2008, p. 490)

Além dessa Declaração Universal dos Direitos Humanos, há outras leis que orientam o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental no país. De acordo com a autora, para cumprir esse compromisso, o Brasil tem criado instrumentos norteadores para a ação educacional e documentos legais para apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal. No caso, a Declaração de Goten (1990). Com cuja função de lembrar que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro.”

Existem várias leis e documentos legais que norteiam as práticas na Educação Especial, de suma perspicácia e modalidades específicas para as pessoas com necessidades especiais, como a LDB (Lei 9.394/96), dando destaque o capítulo exclusivo para a Educação Especial. Conforme Delors (2008):

No capítulo V, específico da Educação Especial, são assegurados aos alunos com necessidades educacionais especiais: currículo, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades (art. 59, I); aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (art. 59, II); professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (art. 59, III); Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (art. 59, IV). (Delors, 2008, p. 78)

A educação especial não só aludem as pessoas com necessidades especiais, aos educadores, mas também as instituições que criaram e que tentam executar as leis de forma unânime e de acordo com os procedimentos legais, mas na realidade faltam muitas coisas para aprimorar na educação inclusiva, existem muitos desafios, obstáculos, além do ambiente

escolar não estão adequados, muitos professores não têm o curso necessário para atender os alunos especiais, e só quem perde são os alunos, pois eles precisam de uma inclusão que atenda às suas necessidades básicas.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já indica o compromisso brasileiro com a escola inclusiva, em que garante a matrícula de todos os alunos em escolas públicas e privadas. No entanto, não basta a lei. Será preciso dar conta de viabilizá-la já que mudar a escola é uma tarefa bastante complexa, na qual apresentam várias frentes de ação, tais como a qualidade de aprendizagem, o tempo mínimo de escolarização, a manutenção do aluno na escola, os cursos de formação, e tantas outras a listar. Neste sentido, cabe um alerta aos governos, que não devem se descuidar da valorização do profissional da educação, que é responsável pela tarefa fundamental da escola a aprendizagem qualitativa de seus alunos. Há necessidades de se repensar planos de cargos e salários, concursos públicos que deem conta da necessidade funcional e concursos de remoção. (Rosa, 2008, p. 291)

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surgiram a Declaração de Góten (1990), A Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (1999). Sendo primordiais para todos os seres humanos, com cujo objetivo de tornar uma sociedade mais equitativa e social. Mas infelizmente é um processo cadenciado, e que muitas escolas não estão acessíveis para receber as pessoas com necessidades especiais, tendo várias dificuldades sociais, econômicas e políticas. Com isso precisamos também dos governantes, dos gestores, da política pública, entre outros, retrogradados para a educação inclusiva, de forma que venham a acatar o árduo compromisso de tornar as escolas apropriáveis e com recursos favoráveis e de acordo com a demanda.

Ao estudar e pesquisar sobre a inclusão terá pontos positivos e negativos. Sabe-se que nas escolas esse processo é sensacional, por meio de experiências, diálogos, ações e soluções, os profissionais buscam envolver todos, independentemente de raça, religião, cor, sexo, mas lembrando que para isso, eles precisam de trabalhos, apoios, planejamentos, estrutura, etc., e proporcionar uma educação que seja como um principal alicerce no decorrer da vida. Portanto, a educação deverá ser contínua, pois através dela que conhecemos melhor a sociedade que fazemos parte, e que instrui os indivíduos nos diversos campos: do trabalho, cidadania. Tornando-os ativos, críticos e conscientes. Mas devemos sempre refletir na realidade. Por isso é importante assinalar também a discordância entre teoria e prática como apresentará no terceiro capítulo.

CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO-FAINA-GO.

Neste capítulo abordaremos sobre o processo inclusivo na Escola-campo, ao mesmo tempo em que apresentamos várias teorias nos capítulos anteriores, proporcionaremos a prática, ou seja, as diferenças entre teorias e práticas, como a escola está desenvolvendo esse processo de inclusão, as dificuldades e os impasses encontrados, enfatizando sobre a atuação dos professores nessa área. Em seguida como avaliar em uma perspectiva inclusiva, sendo primordial, pois através dela que viabiliza várias formas de estar avaliando. Advertir que ao avaliar podemos ser avaliados também, como por exemplo: a auto avaliação. Uma forma de melhorar no que for conciso e aprimorar nosso conhecimento, e pensando exclusivamente na diversidade existente. Ao avaliar devem-se levar em consideração os vários estilos de aprendizagem e potencialidades, não se esquecendo das dificuldades e limites de cada um.

4.1. O PROCESSO DA INCLUSÃO NA ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO-FAINA-GO.

Ao voltar meu trabalho para a Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio, que fica localizada na Cidade de Faina - Goiás, pesquisando em especial o setor de inclusão, e o trabalho da professora: J. A.S, P.A.E.E,eu a professora Gislaine Regina Rufino P.A, no intuito que nossos conhecimentos enriqueçam este trabalho. A partir do momento que analisei o nosso plano, compreende-se que vai ao encontro com o conceito de necessidades especiais que desarticula o foco centrando na deficiência, para um olhar dirigido às diversidades do pensar e agir, concebendo o novo sujeito que emerge dessa visão como sendo aquele que possui necessidades em função de sua identidade, de sua maneira própria de atuar e de experimentar o mundo.

O trabalho pedagógico que se impõe a partir deste constituir-se como ponto de partida e de referência para não mais a simples identificação das dificuldades do aluno – “foco na deficiência”, mas para uma avaliação que busque compreender o aluno tanto no que ele já sabe, na sua autonomia, como no que ele pode vir, a saber, a fazer, a produzir, apesar das suas dificuldades.

Encarar as necessidades educacionais especiais é, portanto, não apenas estar atento às características pessoais de cada aluno e de sua deficiência, como também antever a forma como

a escola organiza o processo educativo. Ou seja, as necessidades não são estabelecidas de forma definitiva, mas se constituem na pragmática do fazer pedagógico cotidiano, buscando caminhos e respostas, indo além das dificuldades e etc.

Para que as necessidades educacionais do aluno portador de deficiências possam ser garantidas de forma a se apropriarem dos conhecimentos e habilidades escolares, impõem-se adaptações de diferentes tipos, a saber: adaptações de acesso relativas às condições físicas, materiais e de comunicação necessária para que o aluno possa participar do processo educacional com autonomia; adaptações curriculares em relação ao currículo regular estabelecido para o conjunto de alunos, envolvendo modificações nos objetivos, conteúdos, atividades e estratégias de avaliação, tendo o objetivo de tender às necessidades educacionais dos alunos portadores de deficiência, permitindo-lhes, através de estratégias diversas, a ampliação de suas possibilidades e a construção de seu conhecimento.

O que não se caracteriza como um rebaixamento de metas ou de objetivos, mas sim como uma ação pedagógica ajustada às necessidades que se impõem, em função da identidade do aluno. De acordo com as professoras o conceito de necessidades educacionais especiais, visto dessa forma, harmoniza-se com os pressupostos teóricos do referencial sócio histórico proposto por Vygotsky (2000):

Dentro deste panorama educacional revela apesar dos esforços na luta contra a exclusão social e na busca da qualidade na educação – a presença de modelos meteóricos mecanicista e organicista nas práticas pedagógicas correntes, fornecendo uma visão reduzida e limitada do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno e, ainda, contribuindo, no caso daqueles que são portadores de alguma deficiência, para um enfoque pedagógico, baseado ora na “deficiência primária” do aluno, ora no seu “platô evolutivo”. (Vygotsky, 2000, p. 73)

As bases para um novo enfoque curricular e para novas práticas pedagógicas podem ser estabelecidas pela adoção do modelo e do referencial sócio histórico. Assim o modelo sócio histórico de Vygotsky (2000, p. 74) “estabelece uma nova relação entre sujeito e objeto do processo de construção dos conceitos e dos conhecimentos, fornecendo em bases inteiramente novas uma teoria do desenvolvimento cultural do psiquismo humano.”

O Ensino Especial, de modo geral, está marcado por procedimentos especiais centrados no indivíduo portador de deficiência com o objetivo de integrá-lo à sociedade, através da “formação de hábitos e atitudes”, ficando o acesso ao conteúdo escolar prejudicado.

A partir dos princípios da Constituição Federal, que demarcam a Educação como um direito social, assegurando-a como “direito de todos e dever do Estado e da família (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho”. (Art.205 - CF), e do estabelecimento de que é dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencial na rede regular de ensino”. (Art. 208, inciso III-CF). A condição de aluno, para o portador de deficiência, ganha maior peso com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Porém, somente em 2001, as políticas públicas nacionais instituem uma Lei (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) específica para a Educação Especial, cujo teor reforça o acesso e a qualidade de ensino para todos.

Enfim, as novas diretrizes e bases para a Educação Especial representam anseios no sentido de se alcançar metas educacionais democráticas, para todos os sujeitos, na Educação Básica. No entanto, conceber a Educação Especial como modalidade da educação escolar significa ressaltar o caráter pedagógico da Educação Especial, implicando a definição de uma proposta pedagógica que garanta a qualidade do ensino para todos.

Além da proposta do Plano vale ressaltar que o PPP (Projeto Político Pedagógico) também está de acordo, dando ênfase a Educação Inclusiva, mostrando sua importância e da integração. Conforme o PPP (Projeto Político Pedagógico) a integração deverá ser aluno-professor-aluno-professor de apoio e toda comunidade Escolar sem exclusão.

Na avaliação serão considerados os vários estilos de aprendizagem e as inteligências múltiplas do alunado. Juntamente com a família que estarão inteiramente ligadas aos alunos. Esses alunos serão avaliados através de um relatório e depois de analisado deverá ser convertido em notas. Para os alunos de baixa visão a escola providenciara as avaliações com aumento da fonte para que eles possam ler e compreender os enunciados. Os alunos da inclusão terão um horário alternado para serem encontrados com o professor de recurso e apoio havendo assim um maior contato entre aluno/professor.

A reformulação do sistema de ensino como um todo é conseqüentemente a construção de uma nova prática pedagógica, do resgate da competência do professor em vencer os desafios e da conquista da cidadania por todos através da escolarização e socialização.

Cabendo esclarecer que as considerações pautadas neste texto se fundamentam no que estabelece a Resolução CEE nº 194/2005, mais especificamente no Art. 15 que dispõe.

Ao aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento em um dos aspectos enumerados no art. 4º, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectadas.

A escola desde 2005 recebe alunos com necessidades especiais, destacando a aluna S. R.N.,elaboram os projetos anuais para favorecer a superação das dificuldades dos alunos com necessidades educacionais especiais e para interagir com os demais alunos, mostrar que todos aprendem um com o outro, como por exemplo, a elaboração de um projeto voltado para aluna S.R.N, “TODO MUNDO COM A CABEÇA NO MUNDO DA S...”, visando à adaptação da sala para o seu nível de entendimento, criando um ambiente lúdico e alfabetizador, com a participação dos demais alunos e professores da sala na qual ela está inserida, tentando assim uma aprendizagem significativa e desenvolvimentista, mas dentro da sua possibilidade e potencialidades, fazendo-a se sentir parte do grupo. Tendo a formação de grupos diferenciados com participação dos outros alunos contendo atividades diferenciadas, dentro do seu nível e possibilidades, adaptações das atividades para a sala de aula com utilização de materiais concretos para fixação de conteúdos e jogos pedagógicos que estimulem o raciocínio e a memorização.

Na escola tem 12 alunos no total, mas alguns com déficit de aprendizagem e outros mais graves entre eles: S.M.P, (Deficiente Mental); E.A.S, quadro de TDAH; J.M.O,(Deficiente Auditiva); A.S.D, que tem distúrbio do comportamento associado a um déficit cognitivo congênito, B.B.B, D.I (Deficiência Intelectual) e A. P. (cadeirante). Segundo a professora de recurso as orientações realizadas são: a orientação à equipe pedagógica sobre as dificuldades, limitações e habilidades de cada aluno, conforme pré-diagnósticos realizados através de entrevistas com os familiares e laudos médicos.

E as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho é a falta de orientação por parte da Equipe responsável pela Inclusão e de recursos pedagógicos. Dificuldades em distinguir quais atividades são adequadas às dificuldades de cada aluno. Para cada deficiência a professora tem uma intervenção a ser realizada, ou seja, tem uma proposta de trabalho a ser desenvolvido com esses alunos (as) de acordo com as necessidades de cada um. Conta com várias contribuições pedagógicas e na aquisição de materiais de apoio-pedagógicos, na troca de informações e sugestões para o atendimento aos educandos e recebendo acompanhamento aos alunos na própria Unidade (Multiprofissional).

Para assegurar a eficácia da proposta de inclusão, a escola tem o apoio dos instrumentos, tendo uma sala de recurso equipada, para todos os tipos de necessidades especiais, além do professor de recurso e do professor de apoio, dentro do possível também fizeram algumas adequações na estrutura física de modo atender os alunos em suas necessidades como, por exemplo: a porta, a rampa e o banheiro para os cadeirantes. Conta com a contribuição da equipe pedagógica, da equipe multiprofissional, do coordenador pedagógico e do professor de recurso,

buscando materiais de apoio pedagógico e tratamento com especialistas, apoio no desenvolvimento das atividades escolares com atividades no contra turno.

Além de fazer adequação nos instrumentos que norteiam a proposta pedagógica, já mencionado tais como: o plano e o PPP (Projeto Político Pedagógico), vale ressaltar que estes instrumentos deixam bem claro as diretrizes que asseguram os direitos e deveres de cada um, de forma geral que valorize as diversidades existentes. Mostrando a participação de todos para tornar a escola inclusiva desde os professores, gestão escolar a comunidade.

Segundo o grupo gestor estar promovendo a inclusão na escola estar dando aos alunos com necessidades educacionais especiais a oportunidade de si desenvolverem em um ambiente acolhedor sentindo-se parte do contexto abordado, tendo as suas potencialidades e dificuldades respeitadas. E para o cumprimento de uma proposta pedagógica que atendem aos alunos com necessidades educacionais especiais, acreditam que deve ser uma tarefa conjunta envolvendo todos os funcionários, pais, alunos e comunidade escolar, onde cada um deve dá a sua parcela de contribuição para que os nossos educandos se sintam em direito de igualdade, sentindo-se sujeitos participantes e construtores de sua própria realidade.

Ao analisar a entrevista com os pais da aluna S. R. N., não desenvolveu a fala devido o problema na garganta, mas com o tempo e ajuda especializada poderia desenvolver. No momento a aluna está tratando com a fonoaudióloga Patrícia e fez também encaminhamento para um neuropediatra para ser analisada-diagnosticada e saber se tem possibilidades de ajudá-la na parte cognitiva. A fala com ajuda da fonoaudióloga está começando a ser desenvolvida. Ela conta do jeito dela tudo que acontece para os pais na escola. Gosta de frequentar a escola. Não faltam as aulas. É uma criança muito ansiosa, segundo o pai e só dá sossego para eles quando está dormindo e também tem muito medo. Segundo o laudo médico, aluna portadora de deficiência mental grave e orienta avaliação ginecológica para prevenção de gravidez.

A escola precisa melhorar os espaços físicos, por ser construída por placas, o ambiente é muito quente, tem lugares para recreação e algumas adaptações para pessoas com necessidades especiais, devem ser melhoradas, não tem professores de LIBRAS, tem aluno (a) que necessita, a escola de forma geral precisa de reformas, de profissionais mais capacitados e qualificados e principalmente de recursos financeiros, e de uma política pública mais eficaz e voltada para atender as necessidades básicas dos alunos no que se diz a lei.

Ao analisar as entrevistas em geral, esse processo inclusivo está positivamente mudando o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, mesmo que as adaptações não são das melhores, e faltam professores, mas sendo possível integrar os alunos de acordo com

suas potencialidades e dificuldades, mostrando a importância da diversidade. Tornar o ensino mais eficaz e árduo. E a participação de todos na construção de uma escola inclusiva.

4.2. COMO AVALIAR EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A avaliação no âmbito educacional e inclusivo é um campo bastante amplo e complexo, pois existem diversas formas de avaliar e meios para estar avaliando. Assim é sucinto mudar a forma de avaliar e desenvolver as práticas pedagógicas nas salas de aulas, utilizarem meios flexíveis e dinâmicos, na qual valorizaram as capacidades cognitivas e individuais, dando oportunidades aos alunos de participar de maneira espontânea e não os limitar. Levando em conta as especialidades de cada alunado e lembrar-se da heterogeneidade.

A avaliação para ser eficiente e aprimorar, esta deve acontecer por intermédio de um processo contínuo, o qual leva em consideração os fatores socioculturais, econômico dentre outros, de uma realidade não apenas escolar, mas também não âmbito externo, gerando perspectivas progressivas, de modo a promover o corpo docente e discente numa interação contínua e transformadora.(Alves, 2010. p. 5).

É uma das atividades mais comuns do ser humano, pois somos constantemente avaliados pelas pessoas que nos rodeiam, assim como também as avaliamos. Utilizamos a avaliação para selecionar, para redirecionar situações, para definir atitudes e também para abrir portas a uma colocação profissional.

Somente com a participação ativa dos professores, respaldados pelas suas devidas coordenações e direções, será possível garantir um ensino de qualidade para todos. Não existe método, o profissional deve fazer uso de sua criatividade e bom senso, exigindo apoio da equipe escolar e tendo a família como aliada. (Alves, 2008, p. 5)

Desse modo, o processo do aprendizado se dá no decorrer de todo histórico da vida de um indivíduo, onde se devem entender como parte deste processo todos os fatores que venha a influenciá-lo, mesmo que tais não sejam metodológicos, pois todos são importantes e essenciais nessa, digamos assim “bagagem da vida”. E é justamente por esse processo ser inerente de cada ser humano, que deparamos com a diversidade, no qual apresenta ser um aspecto importante para o desenvolvimento do conjunto social. Devendo ser trabalhado com tais diferenças individuais, aptidões, motivações, estilos de aprendizagem, interesses e dentre outros. Também pela instituição escolar, desde o ingresso da criança.

Ao refletir sobre o papel da avaliação do desempenho escolar e, na educação inclusiva, tendo consciência de que para aceitar o grande desafio do desenvolvimento, não é possível obter êxito sem o alicerce de um povo que se educa para a cidadania. E ainda a compreensão da avaliação como processo permanente de aprendizagem, dinâmico e de transformador do contexto social, político, econômico e cultural.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998, p.42), a avaliação do aluno com necessidades especiais deve focalizar:

[...] os aspectos do desenvolvimento (biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem); o nível de competência curricular (capacidades do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores e a serem desenvolvidos) e o estilo de aprendizagem (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físicas ambientais mais favoráveis para aprender).

Portanto, a avaliação faz parte do cotidiano das pessoas, e que tem diferentes fins, sejam eles: sociais, políticos ou econômicos. Na educação, a avaliação encontrou seu lugar de destaque e é nela que, muitas vezes, reafirma função de regulação, seleção, hierarquização, entre outras, seja nas salas de aulas ou nas instituições públicas. Educação de qualidade para todos é um movimento mundial que visam uma nova concepção dentro dos sistemas educacionais, na qual a diversidade venha a ser entendida e promovida com elemento enriquecedor da aprendizagem e catalisador do desenvolvimento pessoal e social.

Apesar da grande expansão da educação básica da América Latinae dos atuais processos de reforma educacional estão sendo desenvolvidos na maioria dos países, nos quais se busca melhor qualidade e equidade na educação, persiste a desigualdade de oportunidades educacionais, esses avanços não se fizeram acompanhar de respostas eficientes às diferenças sociais, econômicas, geográficas linguísticas, culturais individuais e, conseqüentemente gerou um alto índice de analfabetismo funcional, de repetência, evasão escolar e exclusão do continente.(Blanco, 2002, p. 30)

É um processo lento criar condições reais para o desenvolvimento de escolas, e que todos venham ter garantia de qualidade e equidade, isto implica promover transformações dentro do sistema educacional, na organização e funcionamento das escolas, nas atitudes e práticas dos docentes.

É necessário que o sistema escolar de um país se ajuste de acordo com a realidade social existente. Sendo que, um dos maiores desafios a serem enfrentados está ligado à inclusão, ensinar e educar crianças de modo que reconheçam as diferenças individuais, levando em conta o desenvolvimento e a materialização dos processos de ensino e aprendizagem.

A escola precisa adaptar-se a diversidade de seus alunos, com finalidade de responder as necessidades educacionais de cada aluno. Uma escola cuja política se comprometa com a igualdade de oportunidades e condições para todos os estudantes, garantindo que eles tenham a possibilidades de serem bem-sucedidos educacionalmente.

Neste contexto, todos os alunos devem ser beneficiados pelo acesso à escolarização e não apenas aqueles que são considerados pessoas com necessidades especiais. Sem dúvida, a educação inclusiva pressupõe que todas as crianças de determinadas comunidades devem aprender juntas, independentemente de suas condições pessoais, sociais, culturais ou habilidades e potenciais diferenciados, abrangendo aqueles com algum tipo de deficiência.

Para que uma escola se torne um modelo de educação inclusiva não deve haver exigências quanto ao acesso nem mecanismos de seleção ou discriminação de qualquer espécie. Neste sentido, o âmbito da inclusão implica na identificação e minimização de barreiras e aprendizagem, participação, e na maximização dos recursos que apoiam os processos.

O não reconhecimento da diversidade como uma realidade existente na escola é substituído como uma impregnada rotulação, discriminação e exclusão dos alunos, contribuindo para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las. A fim de equipar as oportunidades para todos, os sistemas educacionais precisam promover uma reforma profunda, cuja característica central deve ser a flexibilidade do conteúdo curricular e o modo como o currículo é incorporado à atividade escolar.

Em uma escola inclusiva, a situação de desvantagem ou deficiência do educando, não deve ser enfatizada. Ao invés disso, a escola deve adquirir uma melhor compreensão do contexto educacional onde as dificuldades escolares se manifestam em buscar formas para tornar o currículo mais acessível e significativo. Somente quando o sistema educacional consegue promover um ajuste relevante que responda de forma efetiva à diversidade da população escolar, é que a escola estará assegurando o direito para todos de uma educação de qualidade.

O reconhecimento e a abordagem desta diversidade são necessários para evitar que as diferenças se transformem em desigualdades e desvantagens entre os alunos. Isto pressupõe educar com base no respeito às peculiaridades de cada aluno e no desenvolvimento da consciência de que as diferenças resultam em um complexo conjunto de fatores, que abrange as características pessoais e a origem sociocultural, assim como as interações humanas.

Algumas das ideias básicas próprias da educação inclusiva foram referidas por Álvarez e Soler (1998, p.32), destacando-se as seguintes:

Pessoas são diferentes é papel de a escola ajudar cada um a desenvolver suas aptidões no contexto comum a todos, livre de seleção e da consequente classificação

Oportunidade a todos de modo a respeitar as diferenças. No atendimento as diversidades podem ser apontadas alguns princípios, entre os quais se destacam: personificação em lugar de padronização, reconhecer as diferenças individuais, sociais e culturais dos alunos (as), a partir das quais a ação educacional é orientada. Resposta diversificada versus resposta uniforme: permitem adequar os processos de ensino-aprendizagem as diferentes situações. Heterogeneidade versus homogeneidade: este principia reação valor dos agrupamentos heterogêneos dos alunos com os objetivos de educar com base em valores de respeito e aceitação das diferenças numa sociedade plural e democrática.

Além disso, algumas estratégias podem ser usadas para facilitar o processo de aprendizagem inclusiva, como formar grupos mesclados de alunos com habilidades e deficiências num mesmo assunto. Outra forma é dar oportunidade de um aluno ensinar aos colegas, o que muitas vezes pode apresentar um resultado eficaz. Conversar sobre a deficiência de cada um no grupo é uma estratégia para desfazer mitos e acabar com piadas ou apelidos desagradáveis, além de ser uma oportunidade para trabalhar as diferenças.

Os alunos podem fazer entrevistas com pessoas deficientes, para saber mais sobre o assunto, ou assistir as apresentações artísticas inclusivas, a fim de observar as capacidades e habilidades que os alunos com necessidades especiais podem desenvolver. Os professores deveriam trabalhar em grupo, combinando atividades para lançamento de conteúdos e para a sala de recursos, uma complementando a outra e experimentar diferentes táticas. Use e abuse de recursos sensoriais, cognitivos, tecnológicos e visuais, procurem entidades interessadas em construir materiais pedagógicos, entre outros, às vezes, atitudes simples podem facilitar o trabalho.

Vale ressaltar que ao receber um aluno, o professor deve tomar ciência de sua história e fazer contato com a família, esclarecendo expectativas e envolvendo-a no processo inclusivo, ressaltando a importância da vida social com os colegas e para o aprendizado. O professor também deve atualizar-se, frequentando seminários, congressos, entre outros e, principalmente, inscrevendo suas experiências práticas como trabalhos científicos em eventos educacionais. Assim, será possível divulgar e aperfeiçoar os êxitos da educação inclusiva. O mundo mudou, a ciência e a tecnologia avançaram, mas a escola não mudou porque o professor não mudou. É preciso fazer uma escola diferente daquela que nos formou. Enquanto o professor não avançar, nós continuaremos com escolas segregadoras.

É necessário que as escolas se transformem, aproveitam a estrutura da educação inclusiva e se tornem uma só, dando direito a um ensino de qualidade para todos. Devemos estar conscientes de que a pessoa com necessidades especiais não é um problema. Como todos os outros alunos, possuem características, ritmos e estilos de aprendizagem diferentes.

Levando em consideração o nível de complexidade que envolve os processos de melhoria na escola, mediante consenso convém relevar certas prioridades de mudanças e reconhecendo quais elementos da vida escolar (gestão, prática entre outros.) Devem ser preservados por serem eficazes. Como ponto de partida, pode ser útil as escolas analisarem pontos fortes e fragilidades à luz dos fatores de sucesso demonstrados pelas escolas eficazes a fim de fixar suas prioridades de desenvolvimento.

A avaliação deve ser contínua, pelos participantes desse processo, estabelecendo objetivos e analisando o progresso do mesmo, assegurando assim o empenho de cada aluno dentro da prática pedagógica. Esse empenho será notório quando houver a participação ativa no processo de aprendizagem, permitindo dentro dessa avaliação a introdução de mudanças necessárias para o desenvolvimento sócio educativo. Ressaltando que a função principal da avaliação é ajudar nas aprendizagens do aluno e na melhoria do ensino do professor, na qual ele irá perceber em que medida os objetivos foram alcançados. Sendo assim, o foco mais importante da avaliação é o aprender. Os alunos aprendem junto com os professores, os quais usam de instrumentos e critérios para ajudá-los em sua formação, em vez de puni-los ou excluí-los da escola.

De acordo com Blanco, R. (2002, p. 60) dentro da orientação inclusiva, o propósito da avaliação não deve ser a classificação ou rotulação dos alunos (as), em funções de suas características individuais, mas a identificação do tipo de ajuda e recursos necessários para facilitar a aprendizagem de todos, a fim de que possam participar o máximo possível das atividades educacionais da aula.

Conhecer o nível de competência curricular do estudante, ou seja, o nível de aprendizagem alcançado nas diversas áreas, seu estilo de aprendizagem, seus interesses e suas motivações assim como um grau de ajuda e os recursos de que precisam para progredir em sua aprendizagem. O aluno com algum tipo de necessidade educacional especial é importante conhecer algumas características de suas necessidades passíveis de influir em seu desenvolvimento e em seu processo de aprendizagem a fim de identificar a ajuda e os recursos de que precisam.

As principais formas de avaliar as atividades da classe são as observações e os debates. Além do professor circular na sala de aula, enquanto os alunos estão trabalhando, obtendo informações através de indagações e conversas. Assegurar de que todos os alunos compreendem o que estão fazendo e por quê. Comprovando permanentemente, que as atividades e tarefas, bem como os objetivos subjacentes, levem devidamente em conta as aptidões e os conhecimentos adquiridos por cada aluno.

A avaliação é construída por diagnóstico que levam a uma intervenção visando, a melhoria da aprendizagem. Quando se fala em ensino aprendizagem a avaliação é uma, a que medida o ensino que está atingindo seus objetivos e necessidades da instituição escolar. Avaliar é um processo que considere o aluno em seus aspectos globais, no seu modo de pensar, sentir, agir, seus interesses, hábitos, habilidades, competências. Diante da mudança ou do “novo”, há dogmas e paradigmas a serem traspassados e obstáculos a serem superados. A proposta de uma ação educacional para a inclusão já é em si uma grande superação diante de uma metodologia conservadora e uma sociedade formada de indivíduos sem expectativas para a amplitude do conhecimento dentro de sua própria realidade. (Alves, 2010, p.7).

Para que o ensino seja eficaz, deve este proporcionar e seduzir ao aprendiz, considerando que o aluno deve ser seduzido à busca do conhecimento e a iniciativas sob orientações seguras e firmes, e a avaliação consciente oferecera informações valiosas e precisas para este processo de ensino-aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação são determinados pelas ideias e modelos de realidade em que o profissional atua e é sempre preciso planejar e atender aos projetos político-pedagógicos que são redigidos de acordo com o interesse de todos envolvidos. Serve como um meio de controle, feito através de atribuição de notas, pontos, para que os alunos realizem as atividades e tenham comportamentos esperados, no qual o professor e a instituição desejam. Não se importa com o tipo de conhecimento que o aluno adquiriu, e sim com o tipo de nota que o aluno obteve. Valorizar sua bagagem de conhecimento como ponto de partida da aprendizagem, levando em conta o pensamento independente, conhecer o ambiente cultural no qual vivem e a capacidade de observação, compreensão, análise entre outras.

A autoavaliação de um educador é importante para que se chegue ao objetivo esperado, uma vez que tal, já demonstre que existe um esperado a se alcançar. Essa avaliação intrínseca gera um círculo importante para o crescimento educacional inclusivo: investigação, reflexão, senso crítico, reconhecimento, aprendizado, mudança e mediação do conhecimento de modo a alcançar o incluso. (Alves, 2010, p. 7).

Buscar avaliar e também ser avaliado, pois é através da avaliação e do auto avaliação que procuramos aprimorar e principalmente desenvolver no âmbito pessoal ou social, relacionar as escolhas e opções. Tornando-a como um passaporte para determinadas etapas da vida. E refletir sobre a prática é um meio para a identificação dos fatores que dificultam a aprendizagem e a participação dos docentes nas atividades de salas de aulas. Também tem um papel fundamental no processo as mudanças das metodologias de ensino na sala de aula e que leva ao aperfeiçoamento dos processos ensino e aprendizagem.

Vale ressaltar a questão da ética, que viver a ética na educação é algo fundamental no processo ensino-aprendizagem. Ser ético implica respeitar o espaço escolar e suas múltiplas faces, impulsionar a prática de princípios e valores no ambiente de trabalho, encarar as

mudanças ocorridas ou que vão ocorrer como construção do conhecimento, vivenciar o projeto político-pedagógico, com cuja responsabilidade de concretizar objetivos e metas. De acordo com Luckesi (1999, p. 50) “a avaliação é um ato amoroso e uma meta a ser trabalhada com consciência e responsabilidade.

V-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de analisar de que forma se dá a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho, fez-se a coleta de dados por meio de questionário e a análise compilada das entrevistas com perguntas abertas para os portadores e fechadas para os colegas de célula dos mesmos.

Os procedimentos metodológicos, que se encontram descritos neste trabalho foram corretamente seguidos e resultaram em visitas ao final de toda a coleta, na instituição de ensino que abriu suas portas para a produção desse trabalho, sendo realizadas 2 (duas) visitas.

Na questão referente ao processo de inclusão, os entrevistados apontaram que ele ocorre, porém com restrições, pois dificilmente um PNE’ é avaliado pelo seu grau de qualidade na tarefa, mas sim pela restrição que sua deficiência oferece. Entre os aspectos repassados, foram citados o bom relacionamento com os colegas, o desejo de maior conscientização, necessidades de adaptação, não só nas empresas como também nos acessos pelas cidades.

Ressalte-se também que ambos os profissionais acreditam e ressaltam que há a necessidade de aprimoramento dos profissionais que pretendem trabalhar na inclusão, mas ressaltam que há resistência por parte de alguns profissionais e/ou informações no que tange ao acesso e a oferta de possibilidades de alcançar tal aperfeiçoamento.

Para os pais, embora eles gerem boas expectativas e demonstram em suas respostas gratidão pela acolhida dos alunos nas escolas, ao sair da escola os filhos ainda são vítimas e enfrentam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho.

Alguns colocaram que apesar da lei de cotas aprovada e todos os elementos que buscam amparar e acolher as pessoas com deficiência, a competição e a demanda por produtividade e rendimento tende a deixar essas pessoas em estado de desvantagem. É como se alguém tivesse prestando algum favor ao suportar esse indivíduo no espaço de trabalho. Eles compreendem que a escola se apresenta como ambiente diferente dos que ocorrem fora da escola.

Já coordenadores diretores e professores (as) apresentam visões semelhantes, quanto à eficácia da educação inclusiva. Não negando a importância aos avanços em termos de legislação

e o esforço da unidade escolar em garantir um padrão de qualidade nos serviços no atendimento dos alunos (as) com necessidades especiais.

Apesar de que essas considerações esbarram na limitação das estruturas físicas e pedagógicas. Entendem eles, que a inclusão não se deve restringir a simples garantia do aluno (a), estar inserido na escola, mas de criar condições estruturais e pedagógicas de forma a garantir que a educação alcance seu nível de dificuldade, sua linguagem, seu ritmo de compreensão e absorção do saber, permitindo que ele chegue ao final do processo, tendo adquirido as competências básicas para o gozo de sua própria cidadania.

Ou seja, incluir é demandar esforços para garantir que, os que têm menor força intelectual, dado aos níveis de dificuldade oriundas de seus transtornos, encontrem o princípio da equidade para gozar da dignidade prevista a todos os cidadãos.

Para os membros da comunidade, eles (as) embora apresentem uma avaliação superficial do problema, eles consideram importante a oferta da educação inclusiva, ver as pessoas com necessidades especiais dividindo os espaços escolares, significa responsabilidade com o não abandono.

Contudo não vêem muitas perspectivas quanto ao mercado de trabalho, a aqueles que apenas vêem importância no sentido de garantir que esses alunos (as), passe pelos anos escolares, numa espécie de simulação de igualdade de oportunidade, causando sensação de bem estar social e coletivo.

Em regra geral os dados e informações coletadas refletem a lógica de que não existe uma uniformização no entendimento do papel da educação inclusiva, as opiniões apresentam margem de variação, quanto ao que se espera dela, os avanços em termos de legislação e os desafios a ser superados, tanto dentro do ambiente da escola quanto a inclusão no mercado de trabalho.

Quando perguntados a respeito das principais dificuldades encontradas no mercado de trabalho e convívio social, os dados revelam que ainda existe muito pré-conceito, tanto na sociedade como nas empresas, pois o PNE' é julgado por não conseguir cumprir as tarefas, sem a real avaliação de suas possibilidades.

Os procedimentos metodológicos, que se encontram nesse trabalho foram corretamente seguidos e resultaram em 2 visitas ao final de toda a coleta, na instituição de ensino em questão que abriu suas portas para a produção desse trabalho, sendo realizadas 2 (duas) visitas nos períodos matutino e vespertino.

Na visita inicial em ambas as instituições foram apresentadas as direções a carta de apresentação e foi feita a assinatura do aceite institucional, nas demais visitas foram realizadas

as respectivas assinaturas dos TCLEs e as entrevistas semi estruturadas de acordo com o roteiro, foi realizada mais de uma visita, visto que o professor da sala de recursos encontrava-se de licença médica, sendo realizada assim sua entrevista no último encontro, todas as visitas ocorreram no mês de novembro de 2018.

De posse da transcrição, foi feita tabulação do conteúdo da entrevista no software IRAMUTEQ Versão 0.7 alpha 2, afim de se obter a melhor análise qualitativa e quantitativa de seu discurso sobre o tema desse trabalho, para assim entrelaçar e embasar os achados com a literatura já existente com temas semelhantes e possivelmente se chegar a novas conclusões.

Foi estabelecido como frequência mínima, para padronizar uma melhor análise de dados, palavras que se repetissem 3 (três) vezes ou mais no discurso dos profissionais entrevistados com o intuito de diagnosticar seu conceito central sobre o que é a inclusão escolar.

A tabela 1 mostra as palavras mais pronunciadas no discurso do professor 1, que presta o atendimento de Apoio em sala:

TABELA 1

PALAVRAS	FREQUÊNCIA
Inclusão.	7
Escola.	5
Processo, Preconceito, Aluno.	4
Escolar, Comunidade, Adequação.	3

Os dados acima mostram que a palavra mais citada no discurso desse profissional foi inclusão, com 7 (sete) ocorrências e a com menos ocorrências, 3 (três), de acordo com o corte preestabelecido foram: adequação, comunidade e escolar, já as palavras processo, preconceito, aluno e escola se posicionaram entre os extremos com 4 (quatro) e 5 (cinco) ocorrências respectivamente.

Na tabela 2 encontra-se o quantitativo relacionado ao professor AEE, que executa seu trabalho na sala de recursos:

TABELA 2

PALAVRAS	FREQUÊNCIA
Aluno.	13

Professor.	10
Inclusão, Aprendizagem.	8
Processo, Estudante.	7
Necessidade, Escolar, Como.	6
Sala, Recurso, Ensino, Educação, Atendimento.	5
Material, Independência, Incluir, Especial, Escola, Auxiliar, Atividade, Ao.	4
Viabilizar, Sociedade, Social, Regente, Portador, Não, Mais, Garantir, Físico, Ficar, Ano, Ambiente.	3

Os dados acima apresentam que a palavra aluno, no discurso desse profissional foi a mais citada, com 13 (treze) ocorrências e as com menores ocorrências totalizam 12 (doze) palavras ao todo, e são: viabilizar, sociedade, social, regente, portador, não, mais, garantir, físico, ficar, ano e ambiente, cada uma com 3 (três) citações cada no discurso que é o quantitativo corte preestabelecido.

Já as palavras que se encontram entre os extremos são: professor, inclusão, aprendizagem, processo, estudante, necessidade, escolar, como, sala, recurso, ensino, educação, atendimento, material, independência, incluir, especial, escola, auxiliar, atividade e ao, com respectivamente com 10 (dez), 8 (oito), 7 (sete), 6 (seis), 5 (cinco) e 4 (quatro) ocorrências em seu discurso ao longo de toda a entrevista.

Diante dos resultados obtidos e em consonância com os estudos já realizados sobre temas semelhantes podemos evidenciar alguns pontos que discutiremos a seguir, buscando encontrar no discurso dos profissionais acerca de seu conceito sobre o que é a inclusão escolar concordâncias e discordâncias entre eles, quais são os pontos centrais de seu discurso individual e como o conceito influencia sua concepção e sua práxis diária em sala de aula, que consiste em sua intervenção de professor de Apoio.

Primeiramente vale ressaltar que dos dois discursos (entrevistas) aqui analisados, ambos com os mesmos questionamentos e mesma metodologia adotada, contem conteúdos diferentes, um dos discursos mais voltado para a legislação existente sobre a inclusão e um mais voltado ao atendimento diário que ocorre nas salas de recursos, sendo um mais sucinto (Entrevista 1) e um mais longo (Entrevista 2). Conforme o Tabela 1, o discurso foi mais sucinto, note-se pelo

quantitativo de palavras consideradas para análise, em contrapartida o Tabela 2 nos mostra um discurso mais longo.

No discurso da Entrevista 1 podemos ressaltar seu teor tecnicista voltado para a legislação existente no que concerne o atendimento das pessoas com deficiência, ao ter citado a lei 13.146/2015 e ao afirmar que o desconhecimento das leis pode influenciar o conceito do professor sobre o que é a inclusão escolar, esses achados vão de encontro às afirmações de Marciel & Barbato (2011), no segundo capítulo de seu livro, em que cita que as questões legais devem suprir algumas demandas orientadoras adjacentes mas que também podem proporcionar mudanças, mas não são a única via que pode disponibilizar uma mudança de intervenção ou ser o norte da discussão do conceito de inclusão.

Na Entrevista 2 podemos notar que o discurso é mais voltado ao dia a dia escolar, uma vez que em seu diálogo se encontra sempre afirmações mais palpáveis ao dia a dia do atendimento de AEE, como por exemplo em uma pergunta da entrevista, na qual o professor cita várias formas de como funciona o atendimento na sala de recursos, e também podemos verificar que em seu discurso o centro é o aluno, que é a palavra mais citada por esse entrevistado, conforme Tabela 2, o que corrobora com o trabalho de Araújo & Mazur (2013), que afirma que o aluno ao ser o centro do processo torna a interação social mais viável e coloca o professor em uma nova função, atuando como um facilitador do processo de ensino aprendizagem.

Essas são as principais divergências notadas nos discursos dos profissionais, a partir desse ponto discutiremos os achados em comum nos dois discursos, iniciaremos pela palavra inclusão, que tem frequência semelhante em ambas as entrevistas, 7 e 8 menções respectivamente, mas tal palavra era de fato um ponto central dos discursos uma vez que o trabalho é sobre o seu conceito sobre o tema, Dinucci (2009), afirma que o discurso se assemelha às coisas quando reflete conexões reais, acredito que também podemos incluir nesse mesmo arcabouço palavras centrais da temática como por exemplo, escola.

A seguir temos a palavra processo que permeia os dois discursos, note-se que em face da proposta desse trabalho a palavra pode ser entendida como um tema importante uma vez que aparece quase sempre acompanhada da palavra inclusão, o que reforça os achados de Sasaki (1997), onde define que a inclusão não é dada e nem fácil de ser aplicada e sim é um processo que existe e se reinventa a cada dia. Podemos citar como exemplo dessa construção e reinvenção do processo a elaboração de novos métodos e técnicas, de acordo com a elaboração de mais trabalhos científicos na área e na construção de novas legislações que atendam a demanda da atual necessidade da sociedade a ser atendida por esses profissionais.

A palavra comunidade é bem citada na Entrevista 1 e a palavra escolar é bem citada na Entrevista 2, palavras essas associadas uma a outra em ambos os discursos e que remetem a importância da comunidade escolar, formada por alunos, professores e famílias no processo de ensino aprendizagem dos alunos e de modo especial aos alunos, corroborando com Luck (2009), que afirma que o diretor da escola deve fomentar a comunidade escolar a ter uma filosofia comum ao elaborarem o PPP da escola, logo o tema da inclusão escolar, seu conceito e sua abordagem dentro da escola devem ser unidirecionais, ressalte-se também que o entrevistado 2 também aborda tal temática em sua fala.

No discurso do entrevistado 2, como já mostrado no Tabela 2 e ressaltado no início da discussão, há maior riqueza de palavras devido ao discurso mais rico do profissional, há algumas palavras em seu discurso que permeiam seu conceito mais singular sobre a inclusão escolar, como por exemplo aprendizagem, independência, auxiliar, viabilizar, garantir além claro da mais citada por ele, aluno; note-se que em seu discurso o profissional se aproxima de afirmações Marciel & Barbato, (2011), de que a prática docente no AEE deve preparar o aluno para sua vida cotidiana fora do ambiente escolar e perante a sociedade, que é o norte do discurso do entrevistado 2.

Ao analisar o discurso do entrevistado 1, nota-se que seu norte orientador é mais generalista e está em consonância com os achados de Fonseca (2011), que ao submeter discentes de licenciatura em educação física a entrevista sobre o tema da inclusão notou que há uma generalização e polarização enraizado na visão da sociedade acerca do tema, corroborando até com questionamentos acerca da formação dos profissionais para lidar com a inclusão.

Dentro de ambos os discursos também é possível evidenciar o como o papel da família é crucial, em ambos é citada a família, e a mesma como parte da comunidade escolar deve ser ativa e participativa, mais ainda no caso de crianças com NEE, onde tal diálogo viabiliza um atendimento de qualidade, Silveira (2006), por exemplo, evidenciou em seu estudo que a boa relação entre família e escola proporcionou um melhor atendimento a alunos com deficiências múltiplas.

É importante frisar em concordância com o já relatado que a experiência dos profissionais é de suma importância, conforme afirma Atlet (2001), ambos já atuam há mais de 6 anos com o ensino fundamental e no mínimo há 4 no AEE, o que também fortalece o discurso de ambos os entrevistados fortalecendo os dados que aqui se encontram.

Ressalte-se também que ambos os profissionais acreditam e ressaltam que há a necessidade de aprimoramento dos profissionais que pretendem trabalhar na AEE, mas ressaltam que há resistência por parte de alguns profissionais e/ou informações no que tange ao

acesso e a oferta de possibilidades de alcançar tal aperfeiçoamento, dado que vai de encontro

ENTREVISTADOS	Nº DE PESSOAS	COM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO	% DOS ENTREVISTADOS
PAIS	3	2	1	10%
COORDENADORAS	2	-----	2	6,67%
DIRETORA	1	-----	1	3,33%
PROFESSORES	2	-----	2	6,67%
PESSOAS DA COMUNIDADE ESCOLAR	10	6	4	33,33%
ALUNOS DO ENSINO REGULAR	12	7	5	40%
TOTAL	30	15	15	100%

ao trabalho de Sant'ana (2005).

Após a realização das entrevistas pessoalmente, esas foram transcritas e encontram-se nos anexos, onde para garantir a lisura e não identificação dos indivíduos participantes, a fim de manter o trabalho dentro dos padrões éticos solicitados, os documentos e aceite institucional devidamente assinados encontram-se em posse da instituição de ensino que chancela este trabalho em versão digitalizada.

Tabela 5.1 - Coleta de Dados

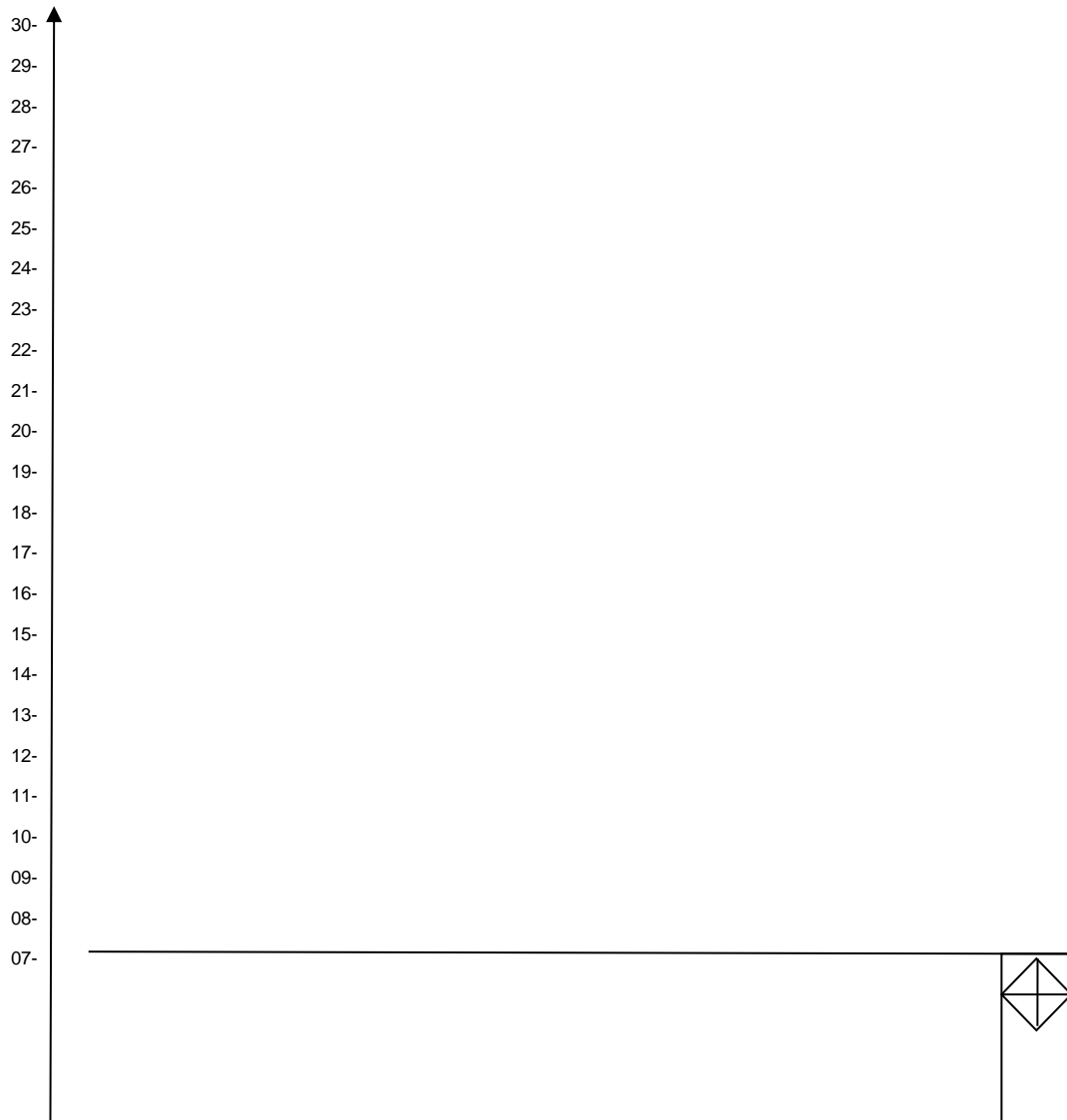
Fonte: REGINA, Gislaine. 2018.

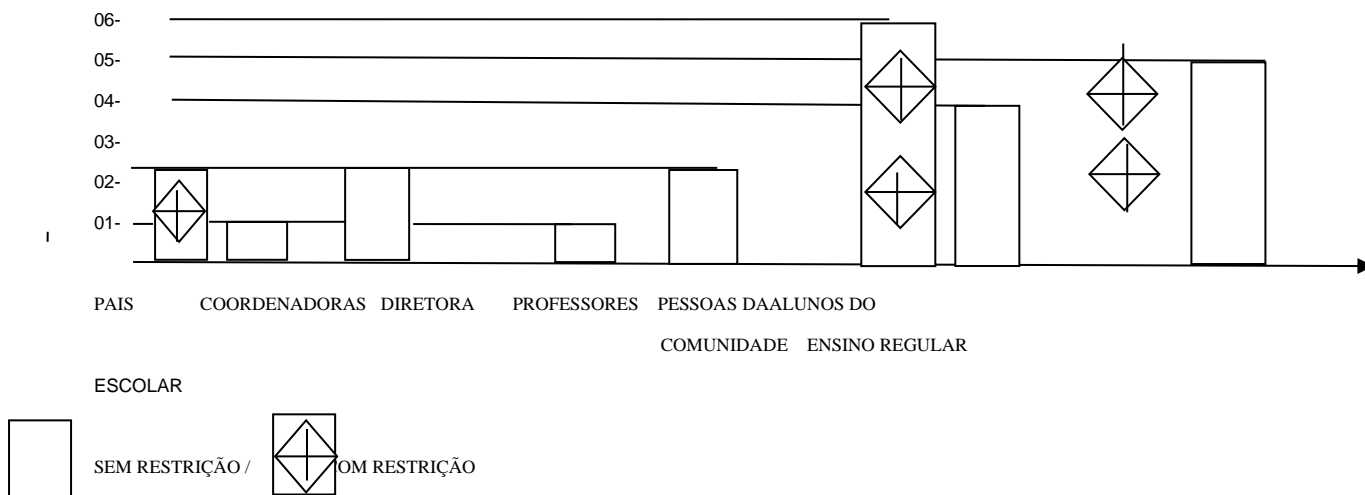
Mediante o trabalho apresentado achamos necessário demonstrar através da tabela o número de pessoas, o perfil profissional, bem como o índice percentual referente à pesquisa obtida.

A coleta da tabela mostra-nos que há muito ainda a ser trabalhado no sentido de em curto prazo conseguirmos quebrar tabus existentes seja, no convívio familiar ou social. Notamos que por parte da comunidade, de alunos, e de pais ainda permeia preconceito e desconfiança na capacidade, habilidade do indivíduo que apresenta ser “diferente”.

Gráfico de Colunas

Nº de Entrevistados

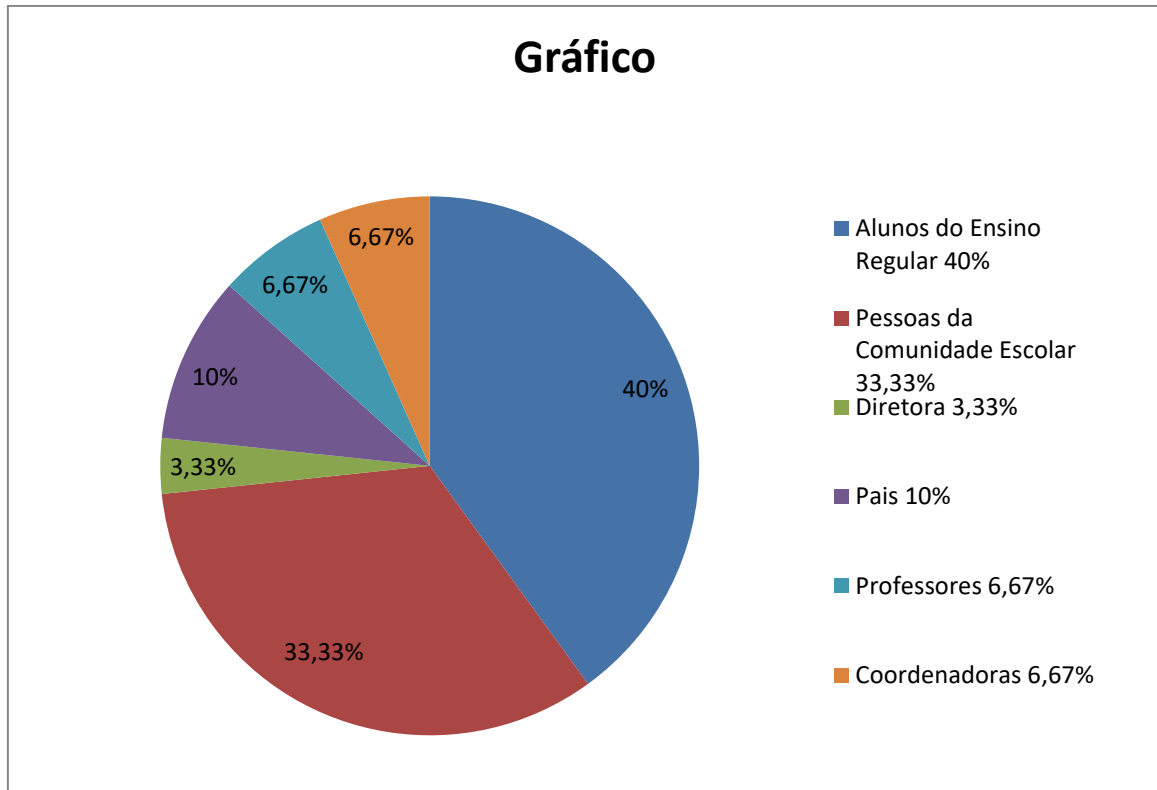




Pelo gráfico de colunas observamos a variação na análise e rejeição por parte de alguns segmentos. Talvez seja por falta conhecimento ou até mesmo do ponto de vista cultural certa resistência em participar ativamente do processo quanto as pessoas portadoras de NEE assim, cabe-nos enquanto comunidade , gestores e educadores buscarmos formas efetivas para tornarmos essa realidade menos discrepante possível.

A partir dos dados coletados na pesquisa e inseridos na tabela, traduzimos em outra forma de informação como demonstrado no gráfico mencionado;

Gráfico 5.1 - Setores



Fonte: Elaborado pela autora,. 2018.

Quanto ao gráfico de setores fica evidente uma leitura que nos aponta para uma projeção e trabalho mais contundentes juntos aos setores que ainda desprovidos de informações e preconceito veem ainda com dificuldade e resistência o potencial de uma pessoa portadora de NEE. Entretanto, há de se fazer um trabalho com maior divulgação e apresentação de resultados positivos que culminem na projeção de sucesso das pessoas envolvidas.

Abordamos neste gráfico o resultado do número de pessoas envolvidas na entrevista/tabela e assim traduzimos em porcentagem como sendo uma linguagem acessível e pertinente a proposta apresentada.

Os resultados e discussões apresentados no presente estudo buscaram evidenciar um maior entendimento das pessoas envolvidas sobre o conceito de inclusão escolar pela ótica dos professores que atuam no dia a dia nas salas de recursos de uma escola públicas da cidade de Faina - Go, obtendo êxito em analisar o discurso de 2 (dois) profissionais da instituição de forma quantitativa e qualitativa.

Foi possível notar que há divergências em seus conceitos, mas não em quesito da qualidade do atendimento prestado e sim em na forma como traçam o “norte “para expressarem seus conceitos sobre a inclusão escolar, um com uma visão pautada mais na legislação vigente e outro na práxis diária entre professor e aluno em sala de aula.

Também foi salutar detectar que ambos enaltecem a importância de outras pessoas para auxiliarem o aluno PNEE, tendo como exemplo que ambos citaram a participação da comunidade escolar e da família dos alunos, o que proporcionará um atendimento completo e plural para que o aluno alcance todo o seu potencial intelectual e cidadão.

Assim como no discurso dos professores ressalto aqui a necessidade de melhorar a capacitação de professores para atuarem com os alunos PNEE como regentes, apoios e/ou como professores de AEE.

Sugere-se também que sejam feitos mais estudos sobre o conceito dos professores de AEE em outros níveis de ensino a fim de ser possível um dia unificar o conceito dos profissionais sobre o tema e também sobre o atendimento de AEE em qualquer nível escolar carente de estudos para elaboração de estratégias e métodos a serem empregados nas salas de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a execução da presente pesquisa, ficou evidente que a Escola Estadual Dário de Paiva Sampaio têm a preocupação em atender aos portadores de necessidades especiais, principalmente para se enquadrar na lei e para isso em sua proposta aborda o trabalho pedagógico que se impõe a partir deste, constituir-se como ponto de partida e de referência para não mais a simples identificação das dificuldades do aluno – “foco na deficiência”, mas para uma avaliação que busque compreender o aluno tanto no que ele já sabe, na sua autonomia, como no que ele pode vir, a saber, a fazer, a produzir, apesar das suas dificuldades.

Há uma preocupação atender os objetivos propostos onde nosso objetivo geral pretendia apresentar o processo de Educação Inclusiva oferecido na escola, listando os elementos necessários para uma escola inclusiva capaz de atender a todos, independentemente das suas

necessidades educacionais especiais, buscando desenvolver ações que permitam a inclusão entre profissionais e estudantes, na intenção de analisar as inteligências múltiplas na busca de compreender cada um, para assim criar um projeto adaptado ao contexto da comunidade escolar, para assim compreender o caminho que já havia sido percorrido, buscando alternativas viáveis para que se efetivasse e ao final sermos capazes de relatar como este mesmo processo está sendo conduzido na escola após considerações feitas ao consolidarmos e elencarmos aspectos abordados na pesquisa

O trabalho pedagógico que se impõe a partir deste constituir-se como ponto de partida e de referência para não mais a simples identificação das dificuldades do aluno – “foco na deficiência”, mas para uma avaliação que busque compreender o aluno tanto no que ele já sabe, na sua autonomia, como no que ele pode vir, a saber, a fazer, a produzir, apesar das suas dificuldades.

Quanto às adaptações físicas, conclui-se que são geralmente realizadas conforme solicitação do próprio portador, que identifica as possíveis melhorias no ambiente e sugere as modificações.

Verifica-se também que as maiores barreiras encontradas estão no acesso às instituições e não dentro delas, como calçadas mal projetadas, poucas vagas de estacionamento destinadas aos portadores, falta de rampas de acesso, entre outros.

Contudo observamos que tanta sociedade como as empresas estão caminhando rumo a excelência, porém lentamente, trabalhando ainda para alcançar objetivos básicos, baseados na legislação vigente. Entretanto vale recordar que para atingir tal patamar são necessários esforços simultâneos entre empresas, sociedade, órgãos públicos e principalmente os portadores de necessidades especiais.

A partir da análise realizada, podemos observar que as instituições escolares têm muito a fazer, pois a educação inclusiva necessita de apoios, recursos e principalmente do envolvimento da família, comunidade, educadores, procurando sanar os grandes impasses tais como falta de estrutura física adequada como rampas, portas alargadas, banheiros acessíveis e salas, recursos didáticos entre outros, para melhorar o desenvolvimento, locomoção e a autonomia do aluno, oferecer cursos especializados ou preparatórios para os professores. Para que os profissionais possam trabalhar de maneira gratificante, regular que favoreça os alunos com necessidades educacionais especiais.

É preciso a cooperação de todos os envolvidos e que busca refletir sobre o verdadeiro significado da inclusão, que nesse processo não é só inserir os alunos, mas sim buscar a garantia

do ensino de qualidade, buscando incluir esses alunos com apoio para o seu desenvolvimento cognitivo, intelectual, ter direito de ser cidadão e respeitando sua diversidade conforme garante a lei. Na busca de se afirmar como ser humano que necessita de uma formação, dignidade e viver num mundo mais solidário onde o ato de educar é essencial para uma vida íntegra. E a escola é o caminho onde acontecem as grandes transformações dos indivíduos.

Ao pesquisar sobre o processo de inclusão na escola campo, houve tantos aspectos positivos quanto negativos, com poucos recursos, os professores têm que se adequar criando métodos, através da sala de recurso e ajuda do professor de apoio para conseguir sanar as necessidades dos alunos, ou seja, para conseguir ter um melhoramento na aprendizagem e proporcionando ao aluno a participação plena nas aulas. No processo educacional, todos têm suas práticas pedagógicas e suas necessidades, mas não deixando de ir à busca da qualidade, de apoios, mas de acordo com a realidade na qual está inserida.

A construção da Educação Inclusiva é contextualizar os problemas, garantir o auxílio para os profissionais, pensar na melhor forma de trabalhar com os alunos, refletir sobre as dissonâncias entre teoria e prática, conhecer os tipos de deficiências, conceituando e orientando, pensarem sobre as adaptações, o atendimento específico, atitudes e técnicas que facilitam a inclusão, entre outros, que temos que viabilizar e refletir, para que se obtenha êxito na escola inclusiva não é só inserir os alunos e sim mostrar que eles são cidadãos, com suas peculiaridades, habilidades e competências, não os deixando à mercê da exclusão, segregação e discriminação. E que esse processo é lento, mas não impossível, e que não é só os professores que tem de abarcar sozinho, e sim todos os envolvidos no âmbito educacional.

O sucesso da escola inclusiva depende principalmente da formação dos professores e da proposta político-pedagógica da escola. Pois sem o conhecimento básico dos professores sobre as diversidades dos novos alunos e sem uma proposta bem definida não há como a inclusão ser implantada e as crianças permanecerem na escola. (Rosa, 2008, p. 30)

Cabe aqui ressaltar que para a efetivação de uma escola e sociedade que sejam de fato inclusivas, se faz necessário uma mudança de mentalidade e ruptura com antigos paradigmas e aceitação dos novos, do diferente e estarmos preparados para essa mudança.

Ao final deste trabalho gostaríamos de salientar que o mesmo serviu para nos alertar que enquanto educadores temos que buscar sempre nos aperfeiçoar de modo a atender a demanda de pessoas portadoras de necessidades especiais, dentro de uma proposta eficiente que leve o nosso trabalho ao êxito e permanência dessa clientela na escola, dentro de uma prática que garanta, sobretudo, respeito, aceitação, equidade para todos.

Mudar nossa mentalidade sobre o assunto é mais que urgente, porém devemos estar cientes que esta mudança está, sobretudo em nossas mãos.

Esperamos que esta proposta além de nos conduzir para a efetivação do processo de inclusão na escola, possa servir de ponto de partida para que outras escolas consigam também implantar de forma eficaz e satisfatório um projeto semelhante também em seu ambiente.

Enquanto pesquisadores esperamos de fato podermos contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, com equidade, que a tanto se almeja e as pessoas portadoras de Necessidades Educacionais Especiais tanto anseiam. Tendo seus direitos garantidos e resguardados, em um mundo tão marcado pela competitividade, preconceito e exclusão.

BIBLIOGRAFIA

Álvarez, L. & Soler, E.(1998). O que fazemos com os alunos diferentes? Como desenvolver adaptações curriculares. Madrid: SM.

Alves .M. A. J.& Gewandsznajer, F.(1998).O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira.

Alves, V.M,(2010). Avaliação do Rendimento Escolar na Educação Inclusiva.São Paulo: Ática.

Altlet, M..(2001). As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. Formando professores profissionais: Quais estratégias, p. 23-35.

Andrade, V. M.(2008) Educação Inclusiva. Curitiba.

Araújo, I. S. & Mazur, E.(2013) Instrução pelos colegas e ensino sob medida: uma proposta para o engajamento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem de Física. Caderno brasileiro de ensino de física. Florianópolis. Vol. 30, n. 2 (ago. 2013), p. 362-384.

- Bastos. V.C.C. (2008).A Formação do Professor e o Trabalho com Pessoas com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos. Curitiba.
- Blanco. R.(2002) Revista Gestão em Rede - Implicações Educativas do Aprendizado na Diversidade, agosto.
- Brasil. (1994). Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP.
- Brasil. (1997)A Integração do Aluno com Deficiência na Rede de Ensino. Brasília: MEC. Vol.1, 2, 3.
- Brasil.(1998) Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros CurricularesNacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP.
- Delors.J.(2000). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez.
- Delou. C. M. C.(1997) Altas habilidades/superdotação: mitos e desafios II. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Facion. J. R. (2008).Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX.
- Dinucci, A. L.(2009). Notas sobre a teoria aristotélica da linguagem.
- Fávero. E. A. G., Pantoja. L. M. P. & Mantoan.M.T.E.(2004) O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.
- Fonseca, M. P. S., Santos, M. P.& Venturini A. M.(2011). Concepções sobre inclusão e exclusão: licenciandos de educação física em foco.
- Gardner, H.(2000). Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. São Paulo: Artmed.
- Gil. M.(2005) Educação Inclusiva, o que o professor tem a ver com isso? USP: São Paulo.
- Glat, R.A.(1995) Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Glat. R. & Blanco, L. M. V. A.(2007) Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras.
- Glat. R.A.(2012). Educação Inclusiva e as adaptações curriculares. Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaletra.com/posts/educacao-inclusiva-adaptacoes-curriculares/>. Acesso em 12 de junho de 2018.
- Glat.R.2012. Adaptação Curricular. Disponível em: http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/report_adaptacao_curricular_pt.html. Acesso em 12 de junho de 2018.

- Lück, H.(2009). Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, p. 47-69.
- Lucksesi.C. C.(1999) Avaliação da aprendizagem na escola. 9. ed.São Paulo: Cortez.
- Mantoan.M. T.(2000).Incluindo os excluídos da escola. FE/UNICAMP: (mimeo).
- Mazillo.I.B.C.V.(2008).Inclusão escolar: dissonâncias entre teoria e prática. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Omote.S.(2004). Medida de atitudes sociais em relação à inclusão. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/sadaomote.htm. Acesso em 10 de junho de 2018.
- Prestes.I.C.P. & Silva.M.F.C.(2007).Inteligências Múltiplas e diversidade na aprendizagem: instrumento a prática inclusiva. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Rabello. A.(1999). Adaptação Curricular na Inclusão. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-Ano 9.n1 21. Brasília: MEC.
- Ribeiro. M.F.C. & Santo.W.F.E.(2008). Libras: língua materna do surdo brasileiro. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Rodrigues. D.(2016) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summu.
- Rosa.S.P.S.(2008). A prática educativa: um dos caminhos para a inclusão. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Rosa.S.P.S.(2008). Escola inclusiva: as crianças agradecem. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil AS.
- Rosa.S.P.S., Delours.C.M.C & Oliveira. E.S.G.(2008).Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Sant'ana, Izabella Mendes.(2005) Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em estudo, v. 10, n. 2, p. 227-234.
- Santos.F.(2008) Deficiência Visual: conceitos e orientações. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Santos.S.S. (UnilesteMG) , Nilma M. V. & LESSA (UnilesteMG).(1998)São Francisco (CA): Jossey-Bass.
- Sasaki. R. K.(1997). Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA.
- Stainback, S. & Stainbaick, W.(1999) Inclusão, um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed.

Silveira, K.A. & Enuno, S. R. F. (2012) Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 4, p. 695-708.

UNESCO. (2005) Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://orientarpedagogos.blogspot.com.br/declaracao-de-salamanca.html>. Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

Vygotsky, L. S. (2000). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

ANEXOS

ANEXO – ENTREVISTAS

ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO
PROFESSORA DE RECURSO:

1 – O PROFISSIONAL REALIZOU ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO PARA:

- a. () Professores Regentes
- b. () Professores de Apoio
- c.() Intérpretes
- d.() Instrutor

- e. () Professores de Classe Especial
- f.() Professores de Refazer
- g. () Coordenadores Pedagógicos

2 – DE MANEIRA GERAL, QUAIS AS ORIENTAÇÕES REALIZADAS?

3 – QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO?

4 – NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE), NO CONTRA TURNO, QUAIS OS ALUNOS ATENDIDOS? QUE TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO, SUPER DOTAÇÃO/ALTAS HABILIDADES?

4.1 – PARACADA CASO, QUAL A INTERVENÇÃO REALIZADA?

5 – O PROFISSIONAL CONTA COM A CONTRIBUIÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA, DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA SUBSECRETARIA, COORDENADORES PEDAGÓGICOS, DO PROFESSOR DE APOIO E PROFESSORES REGENTES DA UNIDADE ESCOLAR?

ANEXO B - ENTREVISTA REFERENTE À ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE APOIO

ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO

PROFESSORA DE APOIO:

ALUNA ACOMPANHADA: SIRLENE RODRIGUES NORONHA

1– QUAL (IS) TIPOS DE DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO QUE ACOMPANHA?

2 – DIFICULDADES (DESTE ALUNO) QUE COMPROMETEM O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS?

3 – DE MODO GERAL, QUAIS AS SUAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PARA FAVORECER A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES?

4 – O TRABALHO É INTEGRADO À ATUAÇÃO DO PROFESSOR REGENTE? O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES É DESENVOLVIDO EM CONJUNTO?

5-CONTA COM A CONTRIBUIÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA, DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E DO PROFESSOR DE RECURSO? EM QUE ASPECTO?

ANEXO C - ENTREVISTA COM O GRUPO GESTOR (DIRETOR E COORDENADOR)

ESCOLA ESTADUAL DÁRIO DE PAIVA SAMPAIO

DIRETOR (A):

COORDENADOR (A):

1- QUAL A IMPORTÂNCIA DE SE PROMOVER A INCLUSÃO NA ESCOLA?

2- QUAIS OS INSTRUMENTOS QUE ASSEGURAM O CUMPRIMENTO DE UM ENSINO QUE ABORDE A PERSPECTIVA DE INCLUSÃO?

3- DENTRO DA UNIDADE O QUE ASSEGURA A EFICÁCIA DA PROPOSTA DE INCLUSÃO?

4- EM SUA OPINIÃO DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PARA O CUMPRIMENTO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA QUE ATENDEM AOS ALUNOS COM NEE?

ANEXO D - ENTREVISTA COM OS PAIS

FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO

NOME:

DATA DE NASCIMENTO:

PAI:

MÃE:

ENDEREÇO:

RESPONSÁVEL:

HÁ QUANTO TEMPO FREQUÊNTA ESCOLA?

HOUVE REPETÊNCIA?()SIM () NÃOQUAIS SÉRIES?

ENSINO ESPECIAL?()SIM () NÃO

DIAGNÓSTICO:

PROFISSIONAL:**ACOMPANHAMENTO:**

- MÉDICO
- NEUROLOGISTA
- PSICÓLOGO
- FISIOTERAPEUTA
- FONOAUDIÓLOGO
- PSIQUIATRA
- OUTROS

QUAIS DIFICULDADES QUE O ALUNO APRESENTA: TIPO DE RESIDÊNCIA: PRÓPRIA

ALUGADA

EMPRESTADA

QUEM MORA NA CASA DO ALUNO?

EM CASA, QUEM CUIDA DESTE ALUNO DIARIAMENTE?

QUAL A RENDA FAMILIAR?

QUEM TRABALHA FORA?

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES E HISTÓRIA DE VIDA DO (A) ALUNO (A)
(ENTREVISTA COM OS PAIS):**